UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – ICHL

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO – PPGCCOM

Do púlpito eclesial ao parlamentar:

comunicação, religião e política na Câmara Municipal de Manaus

MANAUS
2017

ELIZABETH DA COSTA CAVALCANTE

Do púlpito eclesial ao parlamentar:

comunicação, religião e política na Câmara Municipal de Manaus

MANAUS
2017

Ficha Catalográfica
(Ficha catalográfica elaborada automaticamente pelo Sistema de Bibliotecas da Ufam)

Cavalcante, Elizabeth da Costa
C376d Do púlpito eclesial ao parlamentar: comunicação, religião e política na Câmara Municipal de Manaus / Elizabeth da Costa Cavalcante. 2018 100 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Prof.ª. Dr. ª Maria Emília Abbud Pereira Dissertação (Mestrado em Ciência da Comunicação) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Ecossistemas Comunicacionais. 2. Comunicação. 3. Campo Religião. 4. Campo Político. 5. Processos Comunicacionais. I. Pereira, Prof.ª. Dr. ª Maria Emília Abbud II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

ELIZABETH DA COSTA CAVALCANTE

Do púlpito eclesial ao parlamentar:
comunicação, religião e política na Câmara Municipal de Manaus

BANCA EXAMINADORA

Prof.ª. Dr.ª Maria Emília Abbud Pereira (Orientadora)
Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Prof. Dr. Sandro Colferai (Membro)
Universidade Federal de Rondônia (Unir) – Vilhena

Prof. Dr. Gilson Monteiro (Membro)
Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Dedicatória

In memoria de João Cavalcante,
José Maria Cavalcante,
Narciso Lobo e Deocleciano Bentes

Agradecimento

"... A alma da gente é uma máquina complicada que produz durante a vida uma quantidade imensa de camundongos que parecem hipopótamos e de rinocerontes que parecem camundongos. O jeito é rir no caso da primeira confusão e ficar bem disposto para enfrentar o rinoceronte que entrou em nosso domínio disfarçado de camundongo. E como tomar o pequeno por grande e o grande por pequeno é sempre meio cômico, nunca devemos perder o bom humor".

O trecho faz parte da crônica "Para Maria das Graças", de autoria do cronista e poeta brasileiro Paulo Mendes Campos. Um exemplo de conhecimento de vida que me ajuda a contar como, durantes muitos anos, transformei rinocerontes em camundongos.

No fim do ensino médio, em um pouco mais de um ano, perdi meu pai e um irmão. Meu pai morreu de morte natural. Depois de muitos questionamentos a Deus, sem obter respostas, a vida voltou ao seu rumo. Sou a única filha entre cinco filhos. Amo meus irmãos pelo o que eles são. E é curioso como pessoas criadas na mesma família, com a mesma educação, seguem objetivos de vida distintos, com concepções de vida distintas. Posso dizer que, entre eles, há o intelectual, o bagunceiro, o perfeccionista e ainda o protetor. Este último era o José Maria, o Zé. Um irmão que nos encorajou, acolheu e protegeu nos melhores e piores momentos da nossa infância e adolescência. O Zé assumiu, espontaneamente, o papel de cuidador. Mas foi por um curto tempo. Em uma manhã de setembro, mais de um ano depois do falecimento do nosso pai, ele nos deixou em consequência de um grave acidente. Lembro que, na missa de sétimo dia, fiquei sentada em silêncio, sentindo um infinito vazio.

Como disse o educador, poeta e escritor Rubem Alves, "a saudade se parece com a fome. A fome também é um vazio. O corpo sabe quando alguma coisa está faltando. A fome é a saudade do corpo. A saudade é a fome da alma". Eu estava com fome na alma. Eu sentia saudade.

Lembro-me das infinitas vezes em que me perguntaram depois disso: Você acredita em Deus? Eu continuava em silêncio. Hoje, os questionamentos findaram, posso afirmar que Deus tem de existir. Há beleza demais no universo e beleza não pode ser perdida. Concordo com Rubem Alves, quando diz: "Deus é esse vazio sem fim, gamela infinita, que pelo universo vai colhendo e ajuntando toda a beleza que há, garantindo que nada se perderá, dizendo que tudo o que se amou e se perdeu haverá de voltar, se repetirá de novo".

Sim, Deus existe para tranquilizar a saudade. Hoje, posso então responder à pergunta que me fizeram durantes anos. É claro que acredito em Deus, do jeito como acredito no encontro das águas, do jeito como acredito no perfume da minha infância, do jeito como acredito na beleza do sorriso de uma criança, do jeito como acredito que chocolate suja as mãos. Como dizia Rubem Alves: "A beleza me faz chorar. E se me faz chorar, é sagrado. É um pedaço de Deus".

Com a entrada de rinocerontes, entendi que precisava transformá-los em camundongos e, para isso, necessitei encontrar-me, desaprender, para saborear a vida. Era preciso colocar em prática minhas inquietações, voltar de onde parei. E foi assim no trabalho, na vida familiar e, principalmente, nos estudos. E, no início de 2015, quando abriram as inscrições do mestrado em Ciências da Comunicação, na Universidade Federal do Amazonas (UFAM), dediquei-me

completamente ao desenvolvimento do tema que mais admiro no campo de comunicação: a religião e suas práticas ligadas à mídia.

Sou formada em Jornalismo desde 2004, pela mesma universidade federal, meu projeto de graduação também esteve ligado à religião, com a monografia "Marketing religioso e fé cristã: a comercialização do sagrado na mídia brasileira". No mestrado, o estudo direcionou-se à atuação da religião e política com seus processos midiáticos analisados pela Frente Parlamentar Evangélica na Câmara Municipal de Manaus (CMM).

Trabalhar com tema relacionado à religião traz-me também a satisfação de sentir a religiosidade, sem estar amarrada a nenhuma denominação religiosa. Assim, neste momento de conclusão desta etapa de estudo, quero agradecer ao Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação da UFAM pela oportunidade. Agradecimentos também a pessoas que contribuíram direta e indiretamente para este trabalho, agradecimentos que vão além do corpo físico, como *in memoria* dos professores Narciso Lobo e Deocleciano Bentes; de meu pai João Cavalcante, de meu irmão José Maria Cavalcante. E, em vida, ao meu marido Benjamim Maia e a meu filho Bernardo; a minha mãe, Izabel; aos meus irmãos João, José Raimundo, Paulo e Cosmo; à minha comadre e cunhada Luana Moraes; ao líder e engenheiro-chefe Américo Gorayeb Júnior, aos amigos Mário Lima, Camilla de Sá Freire, Suellen Araújo; às novas amizades como Rafael Lopes, Adriano Rodrigues, Hanne Assimen, Daiana Gualberto, Suelen Máximo e Mateus Bentes; aos professores que encontrei no caminho da pesquisa e que me ajudaram a construir meu próprio caminho, Dr.ª. Magali Cunha e Dr. Luiz de Sá Martino; aos professores da minha banca, Dr. Gilson Monteiro e Dr. Sandro Colferai e à minha orientadora, Dr.ª Maria Emília Pereira Abbud. A todos, meu eterno reconhecimento, especialmente à Márcia Lot, por contribuir para o retorno do tubarão ao mar.

Elizabeth Cavalcante
Novembro de 2017

Epígrafe

O QUE A VIDA NÃO ME ENSINOU

Charles Chaplin

A vida não me ensinou a dizer adeus
às pessoas que eu amo.
A sorrir dos meus desafetos.
A fazer de conta que tudo está bem
quando isso não é verdade.
A aceitar gratuitamente agressões.
A calar-me frente à violência de qualquer tipo.
A aceitar meus erros como inerentes
a qualquer ser humano.
A sorrir quando meu desejo é gritar
todas as minhas dores e as dores do mundo.
A ficar alienado diante dos problemas sociais.
A ser hipócrita.
A amar os que me machucam
ou querem fazer de mim depósito
de todas as suas frustrações e desamor.
A ficar em cima do muro.
A fechar meus olhos às injustiças.
A não sentir a lágrima que corre pela
minha face diante da dor de alguém que amamos.
A perdoar incondicionalmente.
Tudo isso a vida não me ensinou…
Mas a vida me ensinou:
Algum amor, e que posso amar muito mais.
Algumas alegrias.
Algumas belezas.
Um pouco de poesia.
Ensinou-me algumas vezes a perdoar.
Outras vezes a pedir perdão.
A vida me ensinou a sonhar acordado.
A acordar para a realidade.
A aproveitar cada minuto de felicidade.
Ensinou-me que é bom ter e chorar de saudade.
Ensinou-me a maravilha que é enxergar,
ver e ouvir as estrelas.
A ver o encanto dos poentes.
A abrir minha janela para o mar.
A ver… perceber as belas paisagens.
Ensinou-me a não ter medo do futuro.
E a viver intensamente o presente.
Como um presente que por Ele me é dado.
Como um diamante a ser por mim lapidado,
a lhe dar forma da maneira que eu escolher.
A vida me ensinou a sua essência:
Que o Amor é o que dignifica, dá sentido,
colorido e brilho à nossa existência.

RESUMO

Trata-se de um Estudo de Caso de abordagem qualitativa e exploratória desenvolvido na Câmara Municipal de Manaus (CMM). O objetivo principal é compreender as relações que permeiam entre os campos da comunicação, religião e política da Frente Parlamentar Evangélica na CMM. E, para isso, buscou-se caracterizar a Frente Parlamentar Evangélica, apresentar a relação do campo comunicacional, religioso e político e identificar os processos comunicacionais dessa Frente. A pesquisa realizou-se por meio de entrevista semiestruturada e analisaram-se matérias jornalísticas publicadas nos jornais locais *on-line*, no período de 2015-2016. Verificou-se que o processo de comunicação estabelecido visa à midiatização política dos parlamentares evangélicos da suposta Frente Parlamentar Evangélica que, ao subirem no púlpito parlamentar, recolocam sua vivência religiosa na forma de leis. São parlamentares defensores de um conservadorismo religioso sustentado pela rigidez moral. As matérias jornalísticas apresentam a atuação dos parlamentares evangélicos na defesa dos valores da família, da moral cristã, desfigurando a plataforma dos movimentos homossexuais, dos grupos de direitos humanos e feministas. Esses políticos evangélicos utilizam a estrutura de comunicação da Casa Legislativa como forma de aproveitamento do espaço público para fins político-religiosos. As estratégias de disputa na CMM pelos vereadores evangélicos estão inseridas no discurso político e nas ações que promovem, em busca de notoriedade e reconhecimento, por intermédio de abordagens religiosas propostas em Projeto de Lei, Projeto de Resolução, Decreto Legislativo, Moções, Indicação, etc. Dessa forma, a manifestação religiosa não contraria o Estado laico brasileiro, mas se atrela ao espaço político por meio do capital simbólico (religioso), visando ao interesse de todo partido político: a manutenção do poder no espaço público.

Palavras-Chave: Ecossistemas Comunicacionais. Comunicação. Campo Religião e Campo Política. Processos Comunicacionais.

ABSTRACT

This is a case study of the qualitative and exploratory approach developed at Manaus City Council (CMM). The main objective is to understand the relations that permeate between the fields of communication, religion, and politics of the Evangelical Parliamentary Front in the CMM. And, for this, we sought to characterize the Evangelical Parliamentary Front, present the relationship of the communicational, religious and political field and identify the communicational processes of this Front. The research was conducted through semi-structured interviews and analyzed journalistic articles published in local online newspapers, in the period 2015-2016. It was verified that the established communication process aims at the political mediatization of the evangelical parliamentarians of the supposed Evangelical Parliamentary Front who, when they rise in the parliamentary pulpit, put their religious experience back in the form of laws. They are parliamentarians who defend a religious conservatism sustained by moral rigidity. Journalistic articles present the role of evangelical parliamentarians in defending family values, Christian morals, disfiguring the platform of homosexual movements, human rights groups, and feminists. These evangelical politicians use the communication structure of the Legislative House as a means of harnessing public space for political and religious purposes. The strategies of dispute in the CMM by the evangelical councilors are inserted in the political discourse and the actions that promote, in search of notoriety and recognition, through religious approaches proposed in Bill, Draft Resolution, Legislative Decree, Motions, Indication, etc. Thus, religious manifestation does not contradict the Brazilian secular state but is linked to political space through symbolic (religious) capital, aiming at the interest of every political party: the maintenance of power in the public space.

Keywords: Communicational Ecosystems. Communication. Religion Field and Political Field. Communicational Processes.

LISTA DE SIGLAS

CCJR	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CMM	Câmara Municipal de Manaus
DEM	Democratas
DIAP	Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar
FPE	Frente Parlamentar Evangélica
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
IURD	Igreja Universal do Reino de Deus
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
LOMAM	Lei Orgânica do Município de Manaus
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PL	Projeto de Lei
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PP	Partido Progressista
PPS	Partido Popular Socialista
PPGCOM	Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação
PR	Partido Republicano
PRB	Partido Republicano Brasileiro
PRN	Partido da Reconstrução Nacional
PROS	Partido Republicano da Ordem Social
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social-Democrático
PSC	Partido Social-Cristão
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PV	Partido Verde
SD	Solidariedade
TSE	Tribunal Superior Eleitoral

LISTAS DE TABELAS

Tabela 1 – 6.ª Legislação da Câmara Municipal de Manaus

LISTAS DE FIGURAS

Figura 1: Divulgação da Frente Parlamentar Evangélica Nacional (2015-2016)

Figura 2: Sede da Câmara Municipal de Manaus (CMM)

Figura 3: Lei de evento causa protesto com artistas de Manaus

Figura 4: Propostas de projetos para organizações religiosas

Figura 5: Projeto de Lei libera pregações nos terminais de ônibus em Manaus

Figura 6A: Projeto apresenta o crime de "Cristofobia"

Figura 6B: Projeto contra a Parada Gay

Figura 7: Projeto de Lei sobre isenção de pagamento de taxa de iluminação

Figura 8: Benefícios rápidos para instalação de igrejas

Figura 9: Representatividade da Frente Evangélica

Figura 10: A representação política da Frente Parlamentar Evangélica

Figura 11: Divulgação do apoio da Frente Parlamentar Evangélica Nacional à Frente Evangélica da Câmara Municipal de Manaus

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 15

CAPÍTULO I – EVANGÉLICOS NO ESPAÇO POLÍTICO BRASILEIRO 17
1.1 Participação evangélica na política brasileira: aspectos históricos 17
1.2 Frente Parlamentar Evangélica ou Bancada Evangélica 21
1.3 O crescimento dos evangélicos no país 23
1.4 Perfil dos evangélicos no país 25

CAPÍTULO II – O CAMPO COMUNICACIONAL, RELIGIOSO E POLÍTICO 30
2.1 A comunicação 30
2.2 Ecossistemas comunicacionais 33
2.2.1 O caminho da pesquisa ecossistêmica 35
2.3.1 As dimensões da organização 39
2.4 Falar sobre midiatização 41
2.4.1 Midiatização da religião 44
2.5 Campo político e religioso 46

CAPÍTULO III – A PESQUISA: COMUNICAÇÃO, RELIGIÃO E POLÍTICA 49
3.1 Informações sobre a pesquisa 49
3.1.1 Procedimentos metodológicos 49
3.1.2 Instrumentos de pesquisa 49
3.2 A estrutura organizacional da Câmara Municipal de Manaus 52
3.2.1 Panorama interno da Câmara Municipal de Manaus: atividades dos vereadores 53
3.3 Frente Parlamentar Evangélica da Câmara Municipal de Manaus 58
3.4 Análises das entrevistas 61
3.4.1 Vereadores evangélicos 61
3.5 Processos comunicacionais da suposta Frente Parlamentar Evangélica 67
3.6 Religião no espaço político 74
3.6.1 A complexidade entre comunicação, religião e política 79

CONSIDERAÇÕES 84

REFERÊNCIAS 88

APÊNDICES 95

1 INTRODUÇÃO

O interesse pelo estudo iniciou em 2015, pelo discurso midiatizado da Frente Parlamentar Evangélica (FPE) do Congresso Nacional, principalmente no que se refere às percepções religiosas dos parlamentares evangélicos na condução de trabalhos no Legislativo brasileiro. A FPE, instituída desde 2003, define-se como uma associação civil, não governamental, sem fins lucrativos, organizada por deputados e senadores que têm como foco a defesa dos princípios e valores da família cristã.

Além da FPE, existem, no Congresso Nacional, manifestações conservadoras de parlamentares evangélicos nos Legislativos municipais e estaduais que se destacam a cada pleito. As denominações (neo)pentecostais acentuaram-se a partir da democratização do país, em 1986, com a presença evangélica nos debates políticos.

Assim, a visibilidade pública alcançada por alguns representantes do campo religioso, interligados por um processo de midiatização, torna-se necessária para a compreensão da disputa política na democracia brasileira. O capital político decorrente da visibilidade pública de alguns agentes religiosos oferece à religião, principalmente (neo)pentecostal, a ocupação do espaço público.

Este estudo foi direcionado à suposta FPE na CMM, nos anos de 2015-2016. A pesquisa define-se como um Estudo de Caso de abordagem qualitativa e exploratória desenvolvida na CMM, com vereadores evangélicos que participavam da FPE no período de 2015-2016.

O objetivo principal é compreender as relações que permeiam entre os campos da comunicação, religião e política da FPE na CMM. E, para isso, buscou-se caracterizar uma Frente Evangélica, apresentar a relação do campo comunicacional, religioso e político e identificar os processos de comunicação dessa Frente.

Para este estudo, utilizaram-se como referencial teórico autores que descrevem o processo da participação evangélica na política brasileira, como Freston (1993), Dantas (2011), Machado (2012), Oro (2008) e Trevisan (2013), além do estudo da midiatização desenvolvido pelos autores Martino (2016), Fausto Neto (2007) e Gomes (2008). Sobre o

poder simbólico estabelecido no campo político e religioso, utilizou-se Bourdieu (1989) e, para os processos comunicacionais e a sua complexidade, Baldissera (2009) e Morin (2008).

A coleta de dados qualitativos ocorreu por meio de entrevistas semiestruturadas com vereadores que exerciam mandato legislativo no período de 2013-2016. O critério de inclusão dos participantes na amostra foi constituído da seguinte forma: vereadores evangélicos que participavam da Frente Parlamentar Evangélica no mandato de 2013-2016. Os critérios de exclusão dos sujeitos participantes foram: 1) vereadores com licença médica; 2) vereadores evangélicos que não manifestavam interesse em fazer parte de uma Frente Parlamentar Evangélica (manifestação declarada nos Projetos de Resolução n. 009/2013 e n. 007/2015).

O projeto insere-se no Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação (PPGCCOM) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM)[1], área de concentração Ecossistemas Comunicacionais e Linha de Pesquisa Redes e Processos Comunicacionais, que buscam desenvolver uma comunicação *para a* Amazônia e *na* Amazônia, sem utilizar modelos preestabelecidos e propõem ao pesquisador uma compreensão interdisciplinar, que estende os estudos da comunicação para outras áreas do conhecimento, como a religião e política.

[1] O Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade Federal do Amazonas (PPGCCOM/UFAM), aprovado em 2007 pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), iniciou suas atividades em 2008, tornando-se o primeiro mestrado acadêmico em Comunicação da Região Norte do Brasil.

CAPÍTULO I – EVANGÉLICOS NO ESPAÇO POLÍTICO BRASILEIRO

1.1 Participação evangélica na política brasileira: aspectos históricos

O Brasil vivencia uma liberdade religiosa inédita na sua história. Desde a Proclamação da República em 15 de novembro de 1889, e a Constituição promulgada em 24 de fevereiro de 1891, o país oficializou a separação jurídica entre Estado e Igreja. Logo que o Catolicismo se retirou da posição de religião oficial, as ações evoluíram no sentido de uma liberdade de expressão para uma organização religiosa (igrejas, seitas, cultos, centros, terreiros, ordens, denominações, comunidades, casas, redes e movimentos).

De acordo com Mariano (2003), a secularização, no Brasil, possibilitou o fim do monopólio e a garantia estatal de liberdade e tolerância religiosa. Aumentou o número de agentes e grupos religiosos como ainda propiciou a diversificação da oferta de produtos e serviços dessa natureza. Nesse contexto pluralista, o autor ressalta que agremiações religiosas, para sobreviver e crescer, são compelidas a disputar o "mercado". Para tanto, muitas organizações religiosas, além de reforçar seu proselitismo, estimulando o ativismo do clero e a militância dos leigos, procuram atrair novos adeptos e conquistar novos mercados.

Para Campos (2003), o comportamento dos evangélicos brasileiros sofreu alterações profundas nos últimos 150 anos, porém a decisão de participar do movimento político data do final da República Velha, em 1930, quando o evangélico começou a se posicionar de maneira mais ostensiva nas lutas partidárias do país. Para o autor, o que provocou essa metamorfose nas práticas e mentalidade dos evangélicos brasileiros foi o alinhamento com transformações no campo cultural brasileiro, especialmente na visibilidade dos políticos evangélicos e suas igrejas.

Dessa forma, Perruci (1989) esclarece que o campo religioso no país é concorrencial. As lideranças religiosas buscam minimizar uma disputa acirrada, o que acaba repercutindo nas pessoas, que são o interesse de conquista dessas lideranças. Para o sociólogo, a demanda por mais religião não surge espontaneamente da sociedade, há uma pluralização e dinamização da oferta de religião. Assim, as religiões trabalham com processos comunicacionais (rádio, televisão, filmes, etc.), que não somente alcançam os interessados, mas também alimentam os veículos de comunicação.

Freston (1993) destaca que, a partir do retorno da democracia em 1985, os evangélicos participaram de forma significativa da política. Entretanto, existe, segundo o autor, o registro da participação evangélica na política nacional na Constituinte de 1933-1934 e nas eleições de 1945. O autor notabiliza ainda que a Câmara Federal contou com seus primeiros deputados evangélicos na legislatura de 1951-1955.

Durante a Ditadura Militar (1964-1985), o posicionamento político das igrejas evangélicas, de caráter conservador, foi de apoio ao regime. De forma contrária, no decorrer da Ditadura, parte da Igreja Católica retirou o apoio irrestrito aos militares e adotou uma atitude crítica diante do autoritarismo burocrático do Estado. Segundo Oro (2008), essa não foi a tendência do segmento evangélico, embora não se possa dizer que houve unanimidade de posicionamentos homogêneos pelas igrejas evangélicas, como é o caso da Igreja Luterana, que se posicionou contrária ao movimento conservador.

No fim do período ditatorial, o Brasil voltou a ser uma democracia, em um novo cenário político marcado pelo engajamento de novos grupos sociais na esfera pública, que criaram uma nova agenda baseada em interesses privados. Os evangélicos foram um desses grupos, que perceberam o vácuo de poder que poderia ser ocupado pela participação político-partidária.

Assim, aumentou o número de representantes políticos oriundos do segmento evangélico, que proporcionou um novo *locus* de atuação em vista dos interesses religiosos. Até então, o que se propagava entre os evangélicos era não só o slogan “crente não se mete em política” (FRESTON, 1993), mas também “crente deve votar no governo” (SANTOS, 2005, apud TREVISAN, 2013). Durante o período de redemocratização, entretanto, o slogan foi modificado para “irmão vota em irmão” (SYLVESTRE, 1986), que significa uma mudança discursiva de acesso, manutenção e apropriação de serviços públicos, além de buscar concessões de emissoras para suas organizações religiosas e assistenciais.

Nesse contexto, o grupo evangélico, durante a Assembleia Nacional Constituinte de 1986, contou com a representação de 33 membros, sendo dezoito deles pentecostais, especialmente da Assembleia de Deus, com quatorze deputados (ORO, 2008). A partir de então, a participação dos evangélicos foi cada vez maior e, por vezes, decisiva na finalização de projetos políticos.

Campos (2003) salienta que, desde 1986, quando os evangélicos passaram a atuar de modo significativo no espaço político, essa atuação proporcionou-lhes uma crescente visibilidade, que obedece a uma lógica resultante do pluralismo religioso, da concorrência e competitividade entre as teodiceias defendidas pelas instituições religiosas, da multiplicação dos espaços sociais ocupados pelas instituições religiosas na sociedade, assim como do aumento dos interesses patrimoniais, financeiros, burocráticos e corporativos dessas mesmas igrejas. Tais fatores, segundo o autor, levaram os pentecostais, tradicionalmente arredios à participação nas "coisas do mundo carnal", a se tornarem mais visíveis na sociedade, primeiro na mídia, depois no campo da política.

Já na primeira eleição pós-Constituinte, a representação numérica dos evangélicos despencou para 22 deputados. Apesar disso, em 1989, os evangélicos engajaram-se ainda mais no cenário político, devido ao apoio aos candidatos à presidência da República.

> [...] as Igrejas pentecostais [especialmente Universal e Assembleia de Deus] acusaram o candidato do PT, Lula, de comunista e divulgaram que uma eventual vitória petista colocaria em xeque a liberdade religiosa no país, perseguiria os evangélicos e privilegiaria a igreja católica. Por isso, conclamaram que seus fiéis votassem em Collor (PRN) (TREVISAN, 2013, p.4).

Nas eleições de 1994, mantiveram o posicionamento contrário ao candidato Luís Inácio, o Lula, do Partido do Trabalhadores (PT). Em torno desse candidato, havia-se formado uma coligação de diversos partidos da esquerda brasileira, como Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Partido Popular Socialista (PPS), Partido Verde (PV) e Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU).

Segundo Trevisan (2013), o segmento evangélico, aquele identificado com os partidos mais conservadores, manteve o discurso contrário a Lula, que representava a encarnação do "demônio" na política brasileira. Para Oro (2008), como resultado dessas eleições, o número de parlamentares evangélicos subiu novamente para 33 deputados federais, dos quais dezenove eram pentecostais e, desses, seis da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD).

Oro (2008) e Trevisan (2013) reforçam que esse movimento permanece nas eleições de 1998. O candidato Lula, derrotado nas eleições de 1989 e 1994, aproximou-se de setores desfavorecidos da população brasileira, conquistando, gradativamente, o reconhecimento dos movimentos sociais ligados às causas dos direitos humanos, especialmente aqueles ligados ao movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (LGBT) ou

das feministas pelo direito ao aborto. Além disso, a chamada Frente Parlamentar Evangélica (FPE) voltou a crescer, em uma onda conservadora, com 53 deputados, ligados a treze igrejas.

Oro (2008) salienta que o movimento evangélico ganhou força nas eleições de 2002, quando houve um aumento de 25% de representação parlamentar no Congresso Nacional. Comparado ao período anterior, percebe-se o aumento de 59 parlamentares, sendo 23 deputados vinculados à Assembleia de Deus, 22 ligados ou apoiados pela Universal do Reino de Deus, oito à Igreja Batista, e os demais a outras denominações, entre elas a Igreja Internacional da Graça de Deus, Igreja Cristo Verdade que Liberta, Igreja do Evangelho Quadrangular, Igreja Maranata, Igreja Metodista e Sara Nossa Terra.

Trevisan (2013) esclarece que o primeiro candidato evangélico a participar de uma campanha à presidência da República foi Anthony Garotinho, do Partido da República (PR), em 2002, entretanto ele não obteve o número de votos suficientes para o segundo turno presidencial, a disputa estabeleceu-se entre os candidatos Luís Inácio (PT) e José Serra do (PSDB). Nessa ocasião, segundo o autor, o Partido dos Trabalhadores aliou-se a partidos conservadores como o Partido Liberal (PL) e Partido da Mobilização Nacional (PMN), para garantir votos evangélicos.

Nesse contexto, o apoio da IURD e de parte da Assembleia de Deus ao PT, destaca-se no segundo turno presidencial. Em entrevista à revista *Eclésia*, logo após sua eleição, o candidato Luís Inácio reconhece a capacidade dos evangélicos para o trabalho de resgate dos marginalizados e conta com a ajuda deles para governar em um pacto social para mudar o Brasil.

O resultado da eleição de 2006 apresenta redução de parlamentares da Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional, desde a Constituinte de 1986. Baptista (2007) e Trevisan (2013) supõem que essa redução, de 59 para 32, esteja ligada à Operação Sanguessuga ou Máfia das Ambulâncias[2]. Durante a operação, quase metade dos parlamentares da FPE estavam envolvidos no escândalo, ou seja, 36% dos 72 parlamentares participavam de ações voltadas à apropriação, desvio e uso ilícito de dinheiro público, além de fisiologismos e defesa de interesses particulares.

[2] Deflagrada pela Polícia Federal, em 2006, a Operação Sanguessuga prendeu assessores e servidores públicos acusados de utilizar R$ 110 milhões do orçamento na compra de ambulâncias superfaturadas. A empresa Planam, com sede no Mato Grosso, superfaturava o preço das ambulâncias em até 110%. Além disso, a empresa entregava veículos com defeitos ou sem todos os equipamentos. Parlamentares ajudavam a cooptar prefeitos para direcionar as licitações em favor da Planam e de outras empresas envolvidas no esquema.

Na tentativa de justificar o escândalo, Oro (2008) assinala que evangélicos relacionam o envolvimento de parlamentares da Frente Evangélica a “forças demoníacas” presentes no campo político. Nesse sentido, a missão de enfrentamento e a superação por meio da fé em Deus e no Espírito Santo.

1.2 Frente Parlamentar Evangélica ou Bancada Evangélica

Os veículos de comunicação do país utilizam-se dos termos “Bancada Evangélica” e “Frente Parlamentar Evangélica” como sinônimos, porém existe uma diferença entre eles. Baptista (2007) e Duarte (2003) ressaltam que “Bancada” se refere a partidos e coligações, tem uma liderança efetiva, que representa seus membros. Já as “Frentes Parlamentares” são formadas por parlamentares de partidos distintos, mas que têm interesses em comum, como é o caso da Frente Parlamentar Ruralista, da Empresarial ou da Sindical. No Legislativo, qualquer” Frente Parlamentar” precisa ser formalmente instituída no espaço legislativo, por meio de um Projeto de Resolução.

Conforme explica Baptista (2009), em sessão solene realizada no Congresso Nacional, durante a 52.ª legislatura (2003-2006), a FPE foi instituída por meio do seu representante, o deputado e pastor Pedro Ribeiro (PR/CE). O deputado Adelor Vieira (PMDB/SC) assumiu como primeiro presidente e a diretoria executiva, em maioria, era constituída por deputados filiados à Igreja Assembleia de Deus. Nesse momento, a FPE dispôs de regimento interno e estatuto.

Uma associação civil, que possui força política, além de atuar como organização administrativa, e seus representantes são contrários à aprovação de projetos que se opõem à família e aos bons costumes cristãos. Pierucci (1989) e Freston (1993) ressaltaram que políticos e líderes evangélicos não só assumiram o duelo contra a descriminalização do aborto, do consumo de drogas, da união civil de homossexuais, em favor da moral cristã, da família, dos bons costumes e da liberdade religiosa e de culto, como também garantiram concessões de emissoras de televisão e rádio.

Deputados filiados à FPE participam da maior parte das comissões permanentes da Câmara Federal brasileira. Com base nesse contexto, Baptista (2007) explica que, na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF), se concentram os deputados evangélicos, já que é o lugar de análise e votação de propostas com conteúdo referente à família, à sexualidade, ao corpo, à pessoa, à vida e à morte, aos nascimentos e aos óbitos.

Para atuar nesse cenário político, a FPE organiza-se por meio de reuniões semanais, em que seus assessores e voluntários informam sobre projetos em tramitação para análise. Por isso, os parlamentares são divididos por temáticas, ficando sob a responsabilidade de cada um a apreciação de projetos específicos, a fim de elaborarem parecer para orientação de votação pelos membros da FPE.

Depois dos pareceres feitos, a assessoria parlamentar prepara discursos específicos e a distribuição de documentos aos demais deputados participantes das comissões que debatem sobre as temáticas, para justificar seus votos. Além disso, as reuniões são realizadas para decisões e encaminhamentos sobre procedimentos diversos, como solicitação de requerimentos de informação, audiências, votações a favor ou contra projetos específicos, estratégias para interromper sessão no plenário e nas comissões. Referente ao contexto, Trevisan (2013, p.35) salienta:

> A assessoria, que é voluntária, monitora os projetos em tramitação no Congresso nas sextas-feiras a partir das 18h, através da busca digital por palavras-chave. Em seguida, encaminha as providências mais urgentes, que não podem esperar até a reunião da terça-feira quando, então, os projetos a serem analisados são repassados aos demais integrantes da Frente.

Segundo levantamento realizado por Coutinho (2013), o número de evangélicos no Congresso Nacional, desde a criação, em 2003, da FPE, até 2010, apresentou em cada eleição aumento de 30%. E a expectativa, em 2014, era para mais de 30%, o que não se confirmou. Nessa legislatura, foram eleitos, para o mandato de 2015-2018, 72 deputados federais, dois a mais em comparação à eleição de 2010. De qualquer forma, a Frente Evangélica continua atuante na Câmara Federal, é a terceira em número, sendo a primeira a dos empresários, seguida pelos ruralistas.

Cunha (2014) posiciona que são dezessete igrejas que constituem a formação da Frente Parlamentar Evangélica na legislatura de 2015-2018. Segundo a autora, não existe um partido dos evangélicos, mas pelo menos quatro agremiações têm forte presença no segmento, como o Partido Republicano Brasileiro (PRB), o Partido Social Democrático (PSD), o Partido Republicano da Ordem Social (PROS) e o Partido Social Cristão (PSC).

Sobre o perfil dos políticos evangélicos, Machado (2012) e Cunha (2014) acentuam que a maioria deles provém de camadas médias e populares da população brasileira, similar aos fiéis de suas igrejas. Assim, a participação política da maioria dessas lideranças iniciou-se em movimentos da igreja, recebendo visibilidade pelos meios de comunicação. Existe ainda

uma preferência, por parte das igrejas, por candidatos evangélicos atuantes, a fim de preservar os valores defendidos pela denominação religiosa.

> Identifica-se ainda uma presença significativa de pastores pentecostais entre os que obtiveram sucesso nas urnas, demonstrando a transferência da autoridade religiosa para a esfera da política institucional. Nesse sentido, enfatiza-se o uso da identidade religiosa como atributo eleitoral durante as disputas eleitorais e a transformação de muitas comunidades pentecostais em base eleitoral (MACHADO, 2012, p. 38).

Baptista (2007) destaca que, apesar de os integrantes da FPE compartilharem dos mesmos valores, eles não apresentam coesão entre seus membros. Ou seja, alguns deputados dão apoio à Frente, mas não comparecem a seus eventos e outros não se identificam com o segmento, embora não escondam sua identidade religiosa, por exemplo, o caso da deputada Rosinha, da Adefal Partido Trabalhista do Brasil de Alagoas (PT do B/AL), como apresenta Trevisan (2013, p. 40):

> [...] deficiente física e evangélica que se elegeu pela sua atuação no movimento de deficientes que representa, é citada pelos parlamentares da Frente para demonstrar como a igreja apoia fiéis inseridos em outros segmentos sociais, representantes evangélicos que são profissionais em suas áreas, advogados, dentistas, comunicadores, etc.

Segundo a autora, casos como o da deputada conseguem uma legitimação social maior. Isso ocorre porque não são pastores nem mesmo fiéis indicados pela igreja. Apesar disso, apoiam o movimento, pois possuem interesses específicos.

1.3 O crescimento dos evangélicos no país

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) declara que os evangélicos foram o segmento religioso que mais cresceu no Brasil. Em 2000, eles representavam 15,4% da população. Em 2010, chegaram a 22,2%, de 26,2 milhões para 42,3 milhões, ou seja, aumento de cerca de 16 milhões de pessoas. Já os católicos passaram de 73,6%, em 2000, para 64,6%, em 2010. Embora o perfil religioso da população brasileira mantenha, em 2010, a maioria católica.

> [...] Um olhar sobre os três últimos censos possibilita ver claramente essa irradiação [evangélica] crescente: 6,6% em 1989, 9,0% em 1991, 15,4% em 2000 e 22,2% em 2010. O Brasil vai, assim, se tornando cada vez mais um país de presença evangélica. Há que sublinhar, porém, que a força desse crescimento encontra-se no grupo pentecostal, que é o responsável principal por tal crescimento, compondo 60% dos que se declararam evangélicos (no Censo anterior, o peso decisivo no crescimento dos evangélicos, em 15,44% da declaração de crença, foi dado também pelos pentecostais, que sozinhos mantinham 10,43% do índice geral evangélico). Os evangélicos de missão não registram esse crescimento expressivo, firmando-se em 18,5% da declaração de crença evangélica (TEIXEIRA, 2012, p.12)

Em 2010, a redução no percentual de católicos ocorreu em todas as regiões, mantendo-se mais elevada no Nordeste, 79,9%, Censo 2000, para 72,2%, Censo 2010, e no Sul, 77,4%, Censo 2000, para 70,1%, Censo 2010. A maior redução ocorreu no Norte, 71,3%, Censo 2000, para 60,6%, Censo 2010, já os evangélicos, nessa região, aumentaram sua representatividade em quase 10%, 19,8%, Censo 2000, para 28,5%, Censo 2010.

Sanches (2012) salienta o porquê da redução católica nas regiões do país com queda mais expressiva no Norte do Brasil:

> O Norte, e especialmente o Pará profundo, os antigos territórios, os dois Mato Grosso. Populações recém-imigradas, oriundas das terras típicas da tradição: Nordeste, Sul. Cortadas desta tradição, não encontram nas novas terras a implantação da estrutura paroquial clássica, que amparava sua formação, sua vivência, suas expectativas. Vida profissional também em outra escala e em perspectivas dinâmicas de transformação – econômica e social. Neste ambiente novo, através de outras "tribos", outras redes, outros ajuntamentos comunitários, o recém-afirmado "indivíduo" vai se reformulando como pessoa. Pesquisadores são de fato frequentemente surpreendidos pela fermentação da criatividade religiosa nessas regiões. Não necessariamente, aliás, dentro de uma perspectiva afirmativa. Já que é em determinados espaços do Amazonas, do Pará, de Rondônia e do Mato Grosso que, depois do Rio e do seu cinto metropolitano, o grupo dos "sem religião" encontra sua maior concentração (SANCHES, 2012, p. 38).

Entre os estados brasileiros, o menor percentual de católicos foi encontrado no Rio de Janeiro, com 45,8% em 2010. O maior foi no Piauí, 85,1%. Em relação aos evangélicos, a maior concentração estava em Rondônia, com 33,8%, e a menor no Piauí, com 9,7%.

Fernandes (2012) ressalta que o Nordeste e o Sul do país ainda concentram o maior número de católicos. Em 2005, segundo o autor, ocorreu uma pesquisa no Piauí, a pedido de religiosos da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Na época, setores da Igreja buscavam compreender as transformações do campo religioso por uma ótica que não fosse, exclusivamente, a institucional.

Constatou-se que a população valoriza as romarias, as procissões e as festas religiosas. Observa-se que essa religiosidade no Nordeste criou-se, a partir do surgimento dos "santos não canônicos", como o padre Ibiapina[3], no Ceará e Dom Vital[4], em Pernambuco.

---

[3] O seu nome verdadeiro era José Antônio Maria. Ele nasceu no Ceará no dia 5 de agosto de 1806, e o sobrenome Ibiapina veio em homenagem à vila em que morou. No local, José Antônio Maria exerceu primeiramente as funções de juiz de Direito e chefe de polícia. Ao fazer a opção pela vida religiosa e se tornar padre, tempos depois, o seu apostolado se destacaria pelo incentivo à educação. Neste sentido, ele avivava algumas crenças nos sertanejos, na tentativa de afastá-los do bacamarte e da superstição. Padre Ibiapina realizou muitas peregrinações, construiu mais de vinte edificações denominadas "casas da caridade" - recolheu e educou milhares de órfãs carentes do sertão para atuar na esfera privada, batizou e casou um elevado contingente de pessoas nos Estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí, enfim, lutou muito por seu ideal cristão no Nordeste. O religioso faleceu no dia 19 de janeiro de 1883, na Casa de Caridade Santa Fé, no Estado da Paraíba. (VAINSENCHER, Semira Adler; Lóssio, Rúbia, p.03, 2006)

[4] O seu nome completo era Vital Maria Gonçalves de Oliveira. Ele nasceu no dia 27 de novembro de 1844, em um engenho de açúcar, em Pernambuco. O futuro religioso estudou primeiro no Seminário de Olinda e, depois, viajou para Paris, onde

O Censo 2010, para Follmann (2012), sinaliza para uma crescente diversificação e pluralidade. Para o autor, o mapa religioso brasileiro apresentado pelo IBGE em 2010 aponta para a multiplicação de novas expressões do religioso. O que está visível para o autor, ao longo das últimas três décadas (1980, 1990, 2000), é um processo acelerado de curvatura nas forças da esfera religiosa. No Brasil, país predominantemente católico, o segmento evangélico pentecostal e o neopentecostal[5] conquistam mais espaços.

1.4 Perfil dos evangélicos no país

Em 2016, o instituto Datafolha apresentou o resultado de pesquisa sobre o perfil do evangélico no Brasil. Na pesquisa, três em cada dez brasileiros com 16 anos ou mais são evangélicos, dividindo-se em evangélicos pentecostais em maior número e frequentadores de igrejas como Assembleia de Deus, Universal do Reino de Deus, Congregação Cristã e Quadrangular do Reino de Deus e como evangélicos não pentecostais em igrejas como Batista, Presbiteriana e Metodista.

Na década de 90, quando o Datafolha iniciou as consultas sobre o perfil do evangélico na sociedade brasileira, observa-se que esse quadro tem sido alterado, com a diminuição na diferença dos índices de católicos e evangélicos. Em 1994, 75% dos brasileiros com 16 anos ou mais eram católicos; dez por cento, evangélicos pentecostais; quatro por cento, evangélicos não pentecostais. Passados pouco mais de dez anos, em 2005, a parcela de católicos havia diminuído para 66%, e a de evangélicos pentecostais, crescido para quatorze por cento. Em 2015, os católicos representavam 55% da população adulta brasileira, e os evangélicos pentecostais, 22%.

Entre uma série de questões sobre aspectos religiosos, a que conta com maior respaldo, tanto de evangélicos quanto de católicos, diz respeito “à criação”. Para 98% dos

---

frequentou o Seminário de Saint Sulpice. Foi quando decidiu se tornar capuchinho, religioso da ordem franciscana. Ele entraria para o Convento Franciscano de Perpignan e, em seguida, para o Seminário de Toulouse, onde ocorreu a sua ordenação, no dia 2 de agosto de 1868. No final desse mesmo ano, Dom Vital voltaria ao Brasil, seguindo para o Convento dos Franciscanos, em São Paulo, local onde iria lecionar. Em março de 1872, por indicação do Governo do Império do Brasil, Dom Vital foi consagrado bispo. No entanto, o Papa Pio IX tardou em aceitá-lo, porque ele tinha apenas 28 anos de idade. Frente à hesitação de Roma, Dom Vital escreveu uma carta ao Papa, solicitando a dispensa do cargo e confirmando o desejo de se manter, somente, como um simples religioso que era. Percebendo todo o desprendimento do capuchinho, o Papa decidiu logo nomeá-lo, o que ocorreu no dia 24 de maio de 1872, data em que Dom Vital se tornou bispo de Olinda e Recife (VAINSENCHER, Semira Adler; Lóssio, Rúbia, p.04, 2006)

[5] O movimento pentecostal nasceu nos Estados Unidos, em 1901, e chegou ao Brasil, em 1910, rompendo com normas rígidas impostas pelas igrejas históricas. O pentecostalismo clássico de 1910 a 1950 ocasionou a fundação da Congregação Crista no Brasil, em 1910, e da Assembleia de Deus, em 1911. Entre 1950 a 1970, missionários americanos criaram a Cruzada Nacional de Evangelização, realizada por meio do rádio. E nesse período, foram fundadas a Igreja Evangelho Quadrangular, do Brasil para Cristo, Deus e Amore, a Casa da Benção. Entre as principais mudanças trazidas por essa corrente religiosa estar a manifestação do Espirito Santo. Já o neopentecostal é oriundo do pentecostalismo original. Essa congregação iniciou nos anos 70 e originou o uso da mídia eletrônica e o uso da administração empresarial nas igrejas.

evangélicos, o homem é uma criação de Deus. A avaliação de que "todo o sucesso financeiro da minha vida eu devo, em primeiro lugar, a Deus", é respaldada por 97% dos evangélicos.

A afirmação de que “aqueles que creem em Deus, quando morrerem, irão para o céu e terão uma vida eterna” tem a concordância de 87% dos evangélicos. Com apoio similar, entre os evangélicos, está a avaliação de que “o fim do mundo está próximo e somente aqueles que acreditarem em Deus irão se salvar”, com a qual 83% concordam.

Na opinião de 26% dos brasileiros que têm religião, os “valores religiosos” devem ter muita influência nas decisões políticas do país. Para 22%, devem ter pouca influência, e há 47% que avaliam que não devem ter influência, além de 5% que preferiram não opinar sobre o assunto. Entre os evangélicos, a fatia dos que acreditam que esses valores devem ter muita influência nas decisões políticas fica em 32%.

Em época de eleição, 15% dos brasileiros religiosos costumam levar em conta a opinião de líderes de sua igreja que fazem campanha para políticos ligados a ela. Entre os evangélicos, esse índice sobe para 23%, e entre os católicos, fica em dez por cento.

Questionados se líderes religiosos deveriam ou não se candidatar a cargos políticos, 31% dos que têm religião responderam que sim, e 62% que eles não deveriam concorrer a esses cargos. Para os evangélicos, o apoio à candidatura política de líderes religiosos vai a 44%, antes 26% entre os católicos.

1.4.1 Pesquisas apresentam o crescimento evangélico

Apesar da aparente diversidade religiosa, a maioria da população brasileira segue o cristianismo, conforme apresentado no Censo 2010. Entretanto, a estabilização católica não impede o contínuo crescimento dos evangélicos. Em pouco mais de dez anos, conforme o Censo 2010, esse grupo religioso saltou de 15,4 para 22,2 % da população brasileira. A presença das igrejas pentecostais, como a Assembleia de Deus, e neopentecostais, como a Universal do Reino de Deus, sobressalta, sobretudo, nas periferias das cidades.

O Brasil aparece sempre entre os países mais religiosos em termos de crença e de práticas religiosas. Constitucionalmente, o país é laico, apesar do ensino religioso facultativo em escolas públicas, da recente concordata católica, da referência a Deus no preâmbulo da Constituição. No plano político, contudo, a laicidade tem sido pressionada pela instrumentalização recíproca entre religião e política.

Os dados do último Censo 2010 são um indicativo para compreender a modernização da sociedade brasileira, que inclui, segundo Fernandes (2012), a mobilidade religiosa dos indivíduos em um processo de intensa experimentação e, ao mesmo tempo, reconhece mudanças no perfil dos atuais católicos. Segundo o autor, é necessário compreender a modernização da sociedade brasileira, que inclui a mobilidade religiosa dos indivíduos em um processo de intensa experimentação e, ao mesmo tempo, reconhecer mudanças no perfil dos religiosos.

Para Cunha (2015), a presença de evangélicos na política não contraria o estado democrático. A autora salienta que a presença dos evangélicos, na esfera pública, cresceu nas últimas décadas, em virtude da expansão do pentecostalismo; da consolidação de evangélicos como segmento de mercado; de celebridades midiáticas religiosas; de aquisição de mídias próprias e de espaço na programação das redes de televisão local e nacional; e da inserção no campo político.

Dado esse contexto, Cunha (2015) afirma que líderes evangélicos se imaginam com poder político e eleitoral e falam em nome do segmento. No entanto, há de se considerar a diversidade nesse grupo religioso. Há um expressivo número de fiéis de vinculação não determinada e um significativo trânsito entre denominações. Dessa forma, para Cunha (2015), “o voto evangélico” pode não ser resultado de uma obediência automática a líderes religiosos.

Assim, a IURD realiza definição e divulgação de quem são seus candidatos. Desde 1997, a IURD adotou, no âmbito nacional, o modelo corporativo da “candidatura oficial”. Oro (2003) relata que, nos cultos, são mencionados o nome e o número dos candidatos da igreja aos cargos eletivos, como a presença dos candidatos no momento da celebração ou o uso de *banners* eleitorais nas igrejas.

Nesse contexto, os evangélicos constituem um grupo de mobilização política de setores sociais desfavorecidos. Para muitas pessoas, segundo Oro (2003), participar de uma igreja significa a primeira experiência de “conversar sobre política” e de “valorizar” o seu voto. A Igreja Universal, segundo o autor, utiliza-se do discurso e apresenta elementos simbólicos do campo religioso (Deus e o diabo).

A religião no campo político pode proporcionar a vitória perante a guerra espiritual de que a igreja participa, derrotando o diabo, que constitui o eixo, a partir do qual o universo

simbólico dessa batalha é construído. Esse resultado "é a chave pela qual a Universal conclama seus fiéis a participarem da política para vencer satanás" (ORO, 2003, p. 32).

Nesse discurso, percebe-se o crescimento evangélico na política brasileira, que, segundo o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), destaca como cada vez maior o aumento da religião na mídia eletrônica, na política partidária e nas campanhas eleitorais. São políticos que atuam na Câmara e no Senado e se aproximam ainda de Frentes Evangélicas de outros estados e municípios do país.

Em 2015, o Supremo Tribunal Federal (STF) impôs a fidelidade partidária, regra que permite aos partidos enquadrar o voto de seus representantes políticos. A fidelidade ao partido passou a se sobrepor ao da bancada e das frentes, ou seja, o político apenas vota segundo a orientação da bancada ou da frente, se o posicionamento delas coincidirem com os do partido ou se o partido, exclusivamente, o autorizar a votar em desacordo com a orientação da liderança.

Dessa forma, verificou-se que, nas eleições no país de 2010 e 2014, a presença de políticos evangélicos tem-se tornado cada vez mais fortalecida. Logo, a identidade religiosa recebe mais destaque do que a identidade partidária. Para Machado (2006), isso resulta em uma problematização, já que enfraquece os partidos políticos.

Figura 1 – Divulgação da Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional (2015-2016)

Fontes: Folha de São Paulo, Estadão, Portal G1, Época, Veja, Portal UOL, Carta Capital

CAPÍTULO II – O CAMPO COMUNICACIONAL, RELIGIOSO E POLÍTICO

2.1 A comunicação

Partindo do pressuposto de que a comunicação precisava ser percebida na sua forma mais legítima, Ciro Marcondes (2014) desenvolveu a pesquisa Nova Teoria da Comunicação. O estudo procura construir um conceito de comunicação que se aplica à diversidade de fenômenos, desde interações presenciais e íntimas aos processos de comunicação intermediados pelos veículos de massa, ou seja, a qualquer processo que envolva o ato comunicacional. Segundo o autor, os fenômenos comunicacionais são percebidos por meio de um novo procedimento de pesquisa, o Metáporo (*meta* + *poros*), que é a abertura mais flexiva para o estudo do objeto da pesquisa em comunicação. Segundo Marcondes Filho (2008, p. 9):

> Pesquisar a comunicação é estudar o processo e a constituição da relação que se cria entre as pessoas comunicantes, é falar da ocorrência do acontecimento comunicacional, que tem caráter único, efêmero, irrepetível; é falar da interveniência de fatos extralinguísticos na comunicação, de processos que são mais sentidos do que verbalizados; trata-se da captura do momento em que a comunicação se realiza e, em todos esses casos, é preciso que o pesquisador possa apreender a atmosfera presente, o clima criado, o incorpóreo que atravessa os atos. Tudo isso constitui o evento mágico da comunicação humana.

Para o autor, a comunicação ocorre pelo rompimento do padrão naquilo que existia. Ela perturba, investiga e incomoda, sem oprimir, sem obrigatoriedade, mas depende da nossa capacidade ou interesse na abertura que daremos à pessoa, à obra estética, ao acontecimento político, etc., nesse caso ao Outro (MARCONDES FILHO, 2011).

Para França (2012, p.39), a comunicação é “uma ciência, uma disciplina ou um determinado domínio sobre o saber e se define antes de tudo pelo objeto”. Para a autora, “os objetos da comunicação não são os objetos ‘comunicativos’ do mundo, mas uma maneira de identificá-los, de falar deles – ou de construí-los conceitualmente” (FRANÇA, 2012, p. 42).

> A comunicação precisa ser vista como interação entre interlocutores, discursos, dispositivos, espaços conversacionais e interpretações, sutura distâncias, aproxima diferenças e confere destaque à singularidade da experiência por meio de um trabalho minucioso, que nunca aparece sob uma única forma, pois é, ao mesmo tempo, afetivo e racional, consensual e conflitivo, estético e político. (FRANÇA, 2008, apud MARQUES E SÁ MARTINO, 2015, p. 15).

Martino (2012, p. 11) estuda a comunicação baseado em sua etimologia, que tem origem no latim *communicatio*, no qual se diferenciam três raízes; *munis*, que significa “estar

encarregado de", acrescido ao termo *co*, que transmite a ideia de simultaneidade, algo que é realizado em conjunto, com a terminação *tio*, que nos remete novamente à atividade. O autor destaca que o termo surge de uma prática realizada nos mosteiros, que significa "tomar a refeição de noite em comum", encontro realizado somente à noite, após o dia de silêncio, contemplação e isolamento.

Duarte (2003, p.43) estabelece seus estudos também no conceito etimológico em que o termo comunicação é proveniente de *communis*, do qual surge "comum", na língua portuguesa, que significa "pertencente a todos ou a muitos". A partir dessa raiz latina, apresenta-se a palavra *comunicare*, origem de comungar e comunicar. Em um novo desdobramento dessa raiz, também no latim, chega-se a *comunicationis*, que indica "tornar comum". Estendendo mais o termo, comunicação oferece a ideia de tornar comum, que deriva de *communis*, o sufixo latino *ica*, que indica estar em relação e o sufixo ção, que indica *ação de*.

Por meio de sua análise etimológica, Duarte (2003) chama atenção para as expressões "pertencentes a muitos, comungar, tornar comum, estar em relação e ação de", que estão associadas ao termo comunicação. Para Merleau-Pounty (1945), citado por Duarte (2003, p. 46), o ato de comunicar é um encontro de fronteiras perceptivas em que "O outro ou a outra consciência, só lhe é possível acessar ou conceber por ser o homem também um ser cultural", isto é, a comunicação permite o compartilhamento de trocas culturais, proporcionando uma nova consciência. Assim, "Na troca, ou na comunicação, entre mim e outro, ambos são arrastados para uma zona na qual perdem algo de si. Porque algo de mim passa a compor o outro" (MERLEAU-POUNTY, 1945, apud DUARTE 2003, p. 47).

Hohlfeldt (2012) parte do pressuposto de que a comunicação é a troca de mensagens, imediatamente o processo comunicacional é, antes de tudo, uma *práxis* objetiva. O ser humano é eminentemente social, portanto torna-se impossível que ele não se relacione e, consequentemente, comunique-se. Entre tantos "espécimes" de comunicação, é importante lembrar a chamada massiva, que atua pelos veículos de comunicação de massa, ou *media*, termo que remete ao meio por onde a informação circula.

> A comunicação de massa pressupõe a urbanização massiva, fenômenos que ocorrem em especial ao longo do século XIX, graças à Revolução Industrial, dificultando ou mesmo impedindo que as pessoas possam se comunicar diretamente entre si ou atingir a todo e qualquer tipo de informação de maneira pessoal, passando a depender de intermediários para tal. Esses intermediários tanto implicam pessoas que desenvolvam ações de buscar a informação, tratá-la e veiculá-la- os jornalistas – quanto de tecnologias através das quais se distribuem essas informações. Todo esse

> conjunto constitui um complexo que recebe a denominação genérica de meios de comunicação de massa ou media (HOHLFELDT, 2012, p. 62).

No mesmo sentindo, Hohlfeldt (2012) ressalta que a comunicação é um fenômeno social, já que somos seres humanos, não conseguimos viver solitários e isolados. Considera ainda a intracomunicação como sendo aquela que ocorre internamente (em uma pessoa só) e é referida pela psicologia; a comunicação interpessoal que ocorre entre duas pessoas; a comunicação grupal, como sendo aquela que se dá entre uma pessoa e um grupo, ou vice-versa e a comunicação de massa ou massiva, que se concretiza por intermédio dos meios de comunicação de massa. Baseados nos estudos de Lasswell (1948) e Wright (1960), Hohlfeldt (2010) destaca:

> O que precisamos ter claro, contudo, é a existência de uma íntima relação entre os processos comunicacionais e os desenvolvimentos sociais. Isso porque a comunicação, ao permitir o intercâmbio de mensagens, concretiza uma série de funções dentre as quais: informar, constituir um consenso de opinião – ou, ao menos, uma sólida maioria - persuadir ou convencer, prevenir acontecimentos, aconselhar quanto a atitudes e ações, constituir identidades, e até mesmo divertir (HOHLFELDT, 2010, p. 63).

Wolton (2004) apresenta as dimensões normativo e funcional para o termo comunicação. Na dimensão normativa, retorna-se à etimológica. Do verbo latino *comunicare*, significa partilhar, colocar em comum. Nesse sentido, a comunicação normativa remete ao ideal de partilha, de intercâmbio autêntico entre as pessoas, reconhecendo as alteridades. Já a segunda dimensão, a funcional, surge no século XVII, com a ideia da difusão.

> Remete mais para as necessidades de trocas no seio das sociedades complexas, para a difusão do trabalho e para a abertura das sociedades umas em relação às outras. Desde que haja especialização, há intercâmbio, logo, desenvolvimento de comunicações funcionais que preenchem uma função prática sem ter, por isso, outros significados. Mas a sociedade ocidental continua a valorizar, simultaneamente, o ideal da partilha. Compreende-se que o desenvolvimento da comunicação funcional se faça por referência à comunicação normativa. (WOLTON, 2004, p. 504).

Desta forma, os dois tipos de comunicação coexistem, embora, para Wolton (2004), as condições para uma partilha ideal sejam subjugadas, quando se está em um cenário em que há uma grande difusão de bens e serviços destinados a um grande número de pessoas que não compartilham os mesmos valores e, ao mesmo tempo, esses sujeitos também não demonstram um interesse pelo outro. Nesse sentido, o autor esclarece uma volta à prática normativa, a fim de que a comunicação contribua para uma emancipação e uma maior igualdade social. Enquanto um dos direitos individuais, comunicar apresenta o desafio de reforçar o eu, no sentido de se expressar, sem ignorar o outro que, ao se expressar, favorece a troca, a partilha.

Nesta pesquisa, utilizaremos o conceito de comunicação utilizado por Marcondes Filho (2014). Segundo o autor, o pesquisador não pode ser um simples observador, mas necessariamente um participante, que deve *sentir* a comunicação a ser estudada. Para a Nova Teoria, o objeto de estudo seria a comunicação em si. "A comunicação, portanto, não tem objeto: eu não comunico "algo" a alguém, a comunicação simplesmente acontece" (MARCONDES FILHO, 2014, p. 90). Na abordagem, há também a preocupação com a incomunicação, já que, para os pesquisadores, o processo real de comunicação seria algo raro, que depende do Outro.

2.2 Ecossistemas comunicacionais

Na busca por desempenhar uma comunicação *para a* Amazônia e *na* Amazônia, sem utilizar modelos preestabelecidos, criou-se o Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação (PPGCCOM) da UFAM, cuja área de concentração são os ecossistemas comunicacionais, que visa propor ao pesquisador uma compreensão interdisciplinar, que estende os estudos do campo da comunicação para outras áreas do conhecimento e contesta pensamentos e métodos cartesianos e teorias clássicas da comunicação, além de não abandonar as subjetividades e incertezas abarcadas ao objeto de estudo.

Apesar da redundância na apropriação do termo "ecossistemas comunicacionais", uma vez que o conceito de "ecossistemas" já implica comunicação entre os sistemas constituintes desses ambientes, o complemento "comunicacionais" é proposital, à medida que revela o desafio em desenvolver uma proposta científica paradigmática para a pesquisa dos fenômenos comunicacionais no místico e territorial que é a Amazônia. É necessário trabalhar uma abordagem que deve assumir a "indissobilidade entre a natureza e o homem, seja ela uma relação de integração ou de intervenção, pois se trata de aspecto fundamental para entendê-la" (MONTEIRO; COLFERAI, 2011, p.34).

Neste estudo, o objeto da comunicação encontra-se em plena atuação na CMM, por meio de uma suposta Frente Parlamentar Evangélica com características similares às desenvolvidas pela Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional, constituída desde 2003. Um objeto que desenvolve processos de midiatização particulares no coração da Amazônia, envolvendo, de maneira complexa, comunicação, religião e política.

Para entender a complexidade desta pesquisa pelo olhar dos ecossistemas comunicacionais, faz-se necessário reportar-se ao Pensamento Complexo (MORIN, 2008), à

compreensão biológica da vida (MATURANA; VARELA, 1995), à Ecologia Profunda (CAPRA, 1996) e à Teoria Sistêmica (LUHMANN, 2005). Essas obras possibilitam perceber a integração da sociedade à natureza e do homem ao seu *habitat*.

Morin (2008) explica que os fenômenos não são simples, eles são compostos por emaranhados de informações. O grande desafio do Pensamento Complexo é estabelecer articulação entre os mais diversos campos de pesquisas e disciplinas.

Desta forma, a complexidade articula-se entre os diferentes campos disciplinares que são desmembrados pelo pensamento disjuntivo. Segundo o autor, é um dos aspectos do pensamento simplificador, que, ao fragmentar certo conhecimento, recolhe o que foi separado e oculta possíveis religações. Assim, o pensamento complexo procura o conhecimento multidimensional.

O pensamento complexo aspira a um saber não fragmentado, não redutor, que reconhece que qualquer conhecimento está inacabado, incompleto e oferece a possibilidade de questionamento, interrogação e reformulação. Deste modo, "as verdades denominadas profundas, mesmo contrárias umas às outras, na verdade são complementares, sem deixarem de ser contrárias" (MORIN, 2008, p.7).

Capra (2006) também propõe uma mudança do paradigma mecanicista por uma nova forma de pensar a ciência, a filosofia e isso inclui as leis que regem a vida na sua complexidade, um novo paradigma. Para essa nova forma de perceber o mundo, o autor apresenta o conceito de Ecologia Profunda, que reconhece a interdependência fundamental de todos os fenômenos, pois indivíduos e sociedades encaixam-se nos processos cíclicos da natureza e dependem desses processos.

> A ecologia profunda não separa seres humanos – ou qualquer outra coisa – do meio ambiente natural. Ela vê o mundo não como uma coleção de objetos isolados, mas como uma rede de fenômenos que estão fundamentalmente interconectados e interdependentes. A ecologia profunda reconhece o valor intrínseco de todos os seres vivos e concebe os seres humanos apenas como fio particular na teia da vida. (CAPRA, 2006, p.26)

O conceito de Ecologia Profunda pode ser correlacionado diretamente ao conceito de *autopoeiese* de Maturana e Varela (2001). Os autores conceituam o termo, com o intuito de abordar as relações constitutivas do ser vivo e não apenas fazer referência a elas.

Para os autores, a teoria da *autopoiese* origina-se do entendimento de que os sistemas vivos são sistemas cognitivos e de que a vida é um processo de cognição. A organização

autopoiética expressa-se em uma unidade autopoiética celular, em que seus componentes deverão estar dinamicamente relacionados em uma rede contínua de interações, ou seja, rede de produções de componentes, na qual esses elementos produzem o sistema circular que os produz. *(*MATURANA E VARELA, 2001).

Aderente da interdisciplinaridade, Luhmann (2005) importou também da biologia para a teoria dos sistemas o conceito de *autopoiese,* que se estende aos sistemas sociais e psíquicos. Pode-se dizer que um sistema é autopoiético, quando ele produz sua própria estrutura e todos os elementos que o compõem, incluindo o último elemento, não são mais passíveis de decomposição que, no caso dos sistemas sociais, é a comunicação, e dos sistemas psíquicos é o pensamento.

Monteiro e Colferai (2011) assinalam essas referências nos estudos sobre ecossistemas comunicacionais, para salientar que a comunicação na Amazônia deve ser pensada no "homem que é ao mesmo tempo natureza e cultura, biologia e social, sempre relacionando e reproduzindo suas ações da partir de todos os aspectos da sua vida" (MONTEIRO E COLFERAI, 2011, p. 35).

2.2.1 O caminho da pesquisa ecossistêmica

A comunicação, na perspectiva ecossistêmica, envolve um ambiente cultural que, simultaneamente, intervém e permite "a construção, a circulação e a significação das mensagens". Não pode ser vista como um fenômeno isolado, além disso o ambiente que a envolve é formado por uma rede de sistemas diferentes, diversos e dependentes. (PEREIRA, 2011, p. 51).

É tarefa árdua realizar o estudo do objeto sob o olhar dos ecossistemas comunicacionais. Seja para traçar novos caminhos, sem ignorar os campos de conhecimento estabelecidos (História, Sociologia, Teologia, Antropologia etc.), seja por ultrapassar limites conceituais, que se tornam muitas vezes impossíveis para essa compreensão integrada e complexa dos fenômenos comunicacionais.

Essa busca por nova forma de fazer pesquisa torna-se complexa, devido ao método cartesiano, em que a pesquisa sofre muitas vezes retaliação do próprio pesquisador, possivelmente decorrente do medo da proposta da *nova ciência*, uma provocação ao método em que fomos "domados" na vida acadêmica. A saída da caixa para estabelecer novos

caminhos e olhares dói, entretanto é preciso coragem e determinação para a mudança desse olhar.

É por essa mudança que os ecossistemas comunicacionais se tornam um desafio. Essa perspectiva busca uma “postura amazônida na pesquisa em comunicação” e é necessário se despir de conceitos e preconceitos (MONTEIRO; COLFERAI, 2011, p.45). E a essência da perspectiva ecossistêmica é colaborar para a compreensão da comunicação enquanto fenômeno complexo que entrelaça sistemas sociais, biológicos e tecnológicos, envolvidos por um ambiente que, ao mesmo tempo, influencia e é influenciado pelos sistemas participantes da comunicação.

Há décadas, o pensamento cartesiano tem predominado na ciência. Nesse paradigma, a ênfase dos estudos recai nas partes e o comportamento de qualquer sistema complexo é explicado inteiramente pela análise de suas partes. Entre as consequências desse pensamento, Gomes Júnior (2011) aponta a divisão entre as ciências naturais e sociais/humanas, o isolamento dos objetos de estudo de seus contextos e a disciplinarização do saber.

Atualmente, observa-se uma mudança de modelo, não apenas no campo científico, mas também na esfera social, em uma proporção mais ampla. A presença cada vez mais forte das tecnologias de informação e comunicação reforça a necessidade de uma abordagem complexa para os fenômenos comunicacionais. Hoje, a Internet é a “grande rede” (LAENA; PEREIRA, 2012), um ecossistema que entrelaça sistemas tecnológicos, culturais e biológicos humanos para a produção de significados compartilhados.

Os conhecimentos acerca da perspectiva dos Ecossistemas Comunicacionais são produzidos, simultaneamente, por meio da influência de diferentes observações, conceituações e métodos adotados pelos pesquisadores. Deste modo, Marcondes Filho (2008) salienta que o método para estudar a comunicação acompanha a própria dinâmica, a versatilidade, a mutabilidade contínua da comunicação. É um procedimento em que se abre o caminho da pesquisa, libertando-se das correntes da linearidade presente no pensamento cartesiano para desbravar-se no campo, enquanto se realiza o estudo.

Assim, o pesquisador precisa manter-se atento não ao traçado a ser seguido no trabalho, mas às nuanças que o seu objeto de pesquisa faz eclodir. Isso permite a adesão de novos elementos, que, na perspectiva tradicional, seriam deixados de lado, por não serem variantes relevantes no método adotado (MONTEIRO; COLFERAI, 2011).

Nesse embate, o pesquisador necessita levar em consideração a ineficiência de um método pronto, marcante no pensamento unilateral. O fenômeno comunicacional modifica-se conforme o olhar do observador e dos fluxos existentes entre os sistemas da comunicação e o ambiente a sua volta. Por esse motivo, o pesquisador deve libertar-se das correntes da linearidade e abrir novos caminhos no decorrer da pesquisa, a fim de revelar as potencialidades do objeto durante o estudo.

Pereira (2011) salienta ainda que o estudo dos ecossistemas comunicacionais não está relacionado à exuberância natural da região, uma vez que pode ocorrer em qualquer lugar em que haja comunicação. A exploração dos estudos dessa perspectiva também não se restringe aos meios tecnológicos conectados às redes de conexão remota. O essencial é explorar o espaço de relações onde a comunicação está inserida.

Observa-se, então, que os objetos dos ecossistemas comunicacionais são amplos e diferenciados, apreendendo reflexões sobre o caráter autopoiético de fenômenos corporais e/ou virtuais presentes no cenário contemporâneo e suas relações com o meio ambiente natural e social e os múltiplos sistemas que permitem a vida em sociedade. Contudo, a especificidade encontra-se no olhar, ou seja, na perspectiva que permite analisá-los enquanto fenômenos complexos que precisam ser investigados por meio das interconexões entre ciências sociais e naturais.

Neste trabalho, o estudo dos ecossistemas comunicacionais exige deslocamento transdisciplinar para conhecimentos que não se encontram na área de comunicação como conceitos de campo religioso e político, *habitus* e capital simbólicos, conforme definidos por Bourdieu (1989), que permitem compreender a ocupação do espaço público pela religião, principalmente no Legislativo, com discussões de temas relacionados à moral e à família cristã e que, consequentemente, possibilitam a criação de leis, que proporcionam aos parlamentares uma abertura midiática no espaço político de voto e representatividade.

2.3 Câmara Municipal de Manaus: organização do Primeiro Setor

Nascemos em organizações, somos educados em organizações e a maioria das pessoas consome grande parte de vida trabalhando em organizações. Despendemos parte do nosso tempo de lazer, jogando e rezando em organizações. A maioria morrerá numa organização e, quando chega o momento do sepultamento, a maior organização de todas – o Estado – tem de dar permissão oficial (ETZIONI, apud, LITTLEJOHN, 1988).

Pode-se classificar uma organização ainda pela função do tamanho (número de pessoas, volume de atividades, faturamento, patrimônio, etc.); tipo de atividade desenvolvida (produtoras de bens de consumo direto ou produtos para terceiros, prestadoras de serviço), de acordo com o raio de atuação ou abrangência (locais, regionais, nacionais, internacionais) ou formas de propriedade (públicas, privadas ou sem fins lucrativos). Neste último caso, as organizações são classificadas em Primeiro Setor (setor público - órgãos governamentais), Segundo Setor (setor privado – empresas comerciais e industriais) e Terceiro Setor, formado por um conjunto diversificado de organizações que não visam ao lucro (ONGs, organizações voluntárias etc.) (KUNSCH, 2003, p. 40-41).

A CMM, local de estudo desta pesquisa, é uma organização do Primeiro Setor do Estado. E, como organização, pode ser caracterizada como um sistema socialmente estabelecido pelo conjunto de valores expressos pelos indivíduos que dela fazem parte (KANAANE, 1994).

Drucker (1999) embasa o conceito de organização no conhecimento, um bem privado, que, após a Revolução Industrial, transformou-se em bem público. Tal transformação ocorreu, sobretudo, depois da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), quando o conhecimento foi sobreposto ao próprio conhecimento, denominado revolução gerencial. Portanto, o capitalismo e a Revolução Industrial, devido à sua velocidade e ao seu alcance, criaram uma civilização mundial.

Etzioni (1989) esclarece que a base da organização é ser uma unidade social, em que os objetivos organizacionais têm várias funções como “fonte de legitimidade que justifica suas atividades; padrões para avaliar sua eficiência e rendimento; unidade de medida, para verificar sua produtividade [...] A razão de ser então da organização é servir a esses objetivos” (1989, p. 7). O autor destaca que existem organizações que, simultânea e legitimamente, têm dois ou mais objetivos, isto é, possuem “finalidades múltiplas” (ETZIONI, 1989, p.30).

O conceito de organização para Bartoli (1991) é concentrado na ação de organizar distribuição formal de responsabilidades (organograma) e conjunto organizado que representa a empresa. Para o autor, a finalidade existente e conhecida pelos membros do grupo é a distribuição de regras e tarefas a serem realizadas; divisão da autoridade e poder formal; duração indeterminada (missão permanente) ou claramente explicitada em função de um determinado objetivo; sistema de comunicação e coordenação; critérios de avaliação e controle dos resultados (BARTOLI, 1991, p.18) são fatores essenciais a qualquer organização.

Bernardes (1993, p.17) conceitua organização como uma associação de pessoas caracterizadas por ter a função de produzir bens, prestar serviços à sociedade e atender a necessidades de seus próprios participantes; possuir estrutura formada por pessoas que se relacionam, colaborando e dividindo o trabalho para transformar insumos em bens e serviços; ser perene ao tempo. Logo, o autor segue o pensamento de Bartoli (1991), quando afirma que as organizações são manifestações concretas de instituições e uma associação de pessoas com papéis e tarefas específicas.

Para Restrepo e Ângulo (1992), a organização é a expressão particular, concreta, de um sistema de ação histórica e de relações de classe, em um conjunto *societal*. Para os autores, "as organizações são unidades particulares formadas para atingir fins específicos, dirigidos por um poder que estabelece uma forma de autoridade que determina o status e o papel dos membros da organização" (RESTREPO; ÂNGULO, 1992, p.29).

As organizações, para Srour (1992), são como coletividade especializada na produção de um determinado bem ou serviço. Elas combinam agentes sociais e recursos e se convertem em instrumentos de economia de esforço, em que ações cooperativas se dão de forma ordenada. Segundo o autor, as organizações são planejadas de forma deliberada, para atingir um determinado objetivo e formam unidades sociais portadoras de necessidades e interesses próprios.

Neste estudo, para atingir uma perspectiva ecossistema, verifica-se a necessidade de conceituar a CMM como uma organização do Primeiro Setor, também conhecido como setor público, ou seja, que integra parlamentares, eleitos de acordo com o voto da população, que representam o povo brasileiro e agem em prol dos interesses públicos. Para prosseguir, torna-se essencial um questionamento: a Frente Parlamentar Evangélica da Câmara Municipal de Manaus pode ser definida como uma organização formalmente constituída?

2.3.1 As dimensões da organização

A partir do Pensamento Complexo, Baldissera (2009) conceitua três dimensões tensionadas, interdependentes e complementares dentro da organização: a da "organização comunicada", a da "organização comunicante" e a da "organização falada". Para o autor, o processo de construção e disputa de sentidos no âmbito das relações organizacionais é caracterizado por esses níveis. Dessa forma, Baldissera (2009, p. 117) esclarece que a comunicação

> [...]dentro da organização exige olhar para além das manifestações organizadas, aparentemente coerentes, de modo a atentar para, entre outras coisas: a dinamicidade organizacional; os processos que mantêm a organização distante do equilíbrio; o estado de incerteza e de permanente desorganização/(re)organização (tensões, disputas, perturbações); a necessária interdependência ecossistêmica (outros sistemas e subsistemas); e os processos recursivos.

Assim, são estabelecidas três dimensões, a partir do Pensamento Complexo de Morin (2008), no interior da organização, propostas por Baldissera (2009), que são a *organização comunicada*, a *organização comunicante* e a *organização falada*, explicadas a seguir.

A *organização comunicada*, segundo o autor, consiste em toda comunicação formal da organização, a fala autorizada, aquilo que é selecionado como merecedor de divulgação, visando a retornos de imagem-conceito[6], de capital simbólico, de legitimidade, de capital financeiro etc. Sendo assim, propagandas institucionais, comunicados oficiais por parte das lideranças organizacionais, todo tipo de comunicação formal realizada pela organização estão contemplados nessa dimensão.

Dentro da comunicação organizacional, encontra-se a *organização comunicante*, que, segundo Baldissera (2009, p. 118), diz respeito a "todo processo comunicacional que se atualiza, quando, de alguma forma e em algum nível, qualquer sujeito (pessoa, público) estabelece relação com a organização". Isso significa levar em conta não somente os processos planejados, mas ainda qualquer processo informal, mesmo quando se trata de processos informais desconhecidos pela organização. Sendo assim, ainda que não haja a intenção de comunicar, "se alguém – alteridade – atribuir sentido a algo e/ou alguma coisa dela (organização) e assumir isso como comunicação, então será comunicação" (BALDISSERA, 2009b, p. 118).

A *organização comunicante* contempla a comunicação planejada (*organização comunicada*) e todo fluxo comunicacional – formal e informal – que se atualiza no âmbito das relações organizacionais diretas.

Como terceira dimensão, tem-se a *organização falada*. De acordo com o autor, esta compreende os processos de comunicação indiretos, ou seja, que, além de serem falas sobre a organização, não acontecem por meio dela – ocorrem fora do âmbito das relações diretas. São falas que se realizam em diferentes contextos, de modo indireto, tais como aquelas que se

---

[6]Imagem-conceito consiste em um constructo simbólico, complexo e sintetizante, de caráter judicativo/caracterizante e provisório realizada pela alteridade (recepção) mediante permanentes tensões dialógicas, dialéticas e recursivas, intra e entre uma diversidade de elementos-força, tais como as informações e as percepções sobre a entidade (algo/alguém), o repertório individual/social, as competências, a cultura, o imaginário, o paradigma, a psique, a história e o contexto estruturado" (BALDISSERA, 2004, p.278).

materializam nas casas dos empregados, no clube esportivo, nos jornais e nas universidades, tendo a organização como objeto.

Após discorrer sobre os aspectos – organização comunicada, comunicante e falada –, Baldissera (2009, p. 119) define a comunicação organizacional como "processo de construção e disputa de sentidos no âmbito das relações organizacionais" (BALDISSERA, 2009, p. 169). São essas tramas invisíveis que (re)criam e dão vida aos sentidos imbuídos nas mensagens das organizações. As organizações valem-se dessa trama invisível de sentidos e sentimentos para compartilhar e fortalecer os seus atributos (missão, valores, filosofia, etc.).

Neste estudo, utiliza-se a dimensão da comunicação *comunicada*. Por meio desta, é possível apresentar como estão constituídos os processos comunicacionais que, estrategicamente ou não, oferecem visibilidade a elementos indenitários dos parlamentares evangélicos pertencentes à suposta Frente Parlamentar Evangélica na Câmara Municipal de Manaus.

2.4 Falar sobre midiatização

O termo midiatização é utilizado nos estudos de comunicação desde a década de 70. Assim como outros conceitos, não existe um consenso sobre o seu significado, é aplicado conforme o interesse de estudo referente às práticas individuais e sociais pautadas pela mídia.

Dessa forma, midiatização é conceituada por Fausto Neto (2008), a partir da passagem de uma sociedade dos meios para uma sociedade da midiatização. Para o autor, essa passagem encontra-se no fato de que as mídias estariam a serviço da organização de um processo interacional, sobre o qual teriam uma autonomia relativa, em face da existência dos demais campos. Depois a cultura midiática se converte na referência sobre a qual a estrutura sócio-técnica-discursiva se estabelece, produzindo zonas de afetação em vários níveis da organização e da dinâmica da própria sociedade.

> A midiatização consiste no desenvolvimento de fenômenos técnicos transformados em meios, que se instauram intensa e aceleradamente na sociedade, alterando os atuais processos sócio-técnico-discursivos de produção, circulação e recepção de mensagens. Produz mutações na própria ambiência, nos processos, produtos e interações entre os indivíduos, na organização e nas instituições sociais (FAUSTO NETO, 2015, p.4).

Segundo Braga (2012), a midiatização atravessa os campos sociais e envolve a união de dois processos: o tecnológico e o social, sendo responsável, atualmente, por diferentes

modos de ação da sociedade com a própria sociedade. Braga (2012, p. 37) esclarece que todas as áreas e setores da sociedade desenvolvem "práticas e reflexões" sobre sua interação com outras áreas e setores, proporcionam possibilidades e idealizam processos interacionais para participar de suas próprias perspectivas e interesses:

> Essas práticas, esses processos, em toda sua variedade, tornam-se objeto possível para nossa investigação – desde que, de algum modo, produzam ação interacional. Isso corresponde a dizer que tais objetos oferecem a possibilidade de grande variedade de perguntas para a investigação, algumas das quais talvez nem sabemos ainda como expressamente gerar ou organizar (BRAGA, 2012, p. 37).

"A midiatização é a chave da hermenêutica para a compreensão e interpretação da realidade. Nesse sentido a sociedade percebe e se percebe a partir do fenômeno da mídia, agora alargado para além dos dispositivos tecnológicos tradicionais" (GOMES, 2006, p.121). De tal modo, o autor trabalha a midiatização no âmbito de um processo social complexo engendrado por mecanismos de produção de sentido social. O autor observa as manifestações a partir da televisão na contemporaneidade, já que "a televisão está imbricada no amplo processo de midiatização da sociedade e configura um modo de posicionar-se frente ao mundo e às coisas" (GOMES, 2006, p. 112).

Ferreira (2007, p.8) sugere que "uma análise do dispositivo midiático se configura a partir de uma matriz primária triádica". Essa configuração engloba três sistemas: o social, o tecnológico e o de linguagem. A midiatização seria algo que ocorre nas relações entre os três. O autor assinala que, para compreender a midiatização, é indispensável superar as várias ideologias em jogo na análise do conceito e reforça que é preciso pensar para além dos limites da tecnologia. Com essa perspectiva, o campo acadêmico também está em construção no que se atém à midiatização e à sintomatização do fenômeno.

Próximo do conceito de midiatização de Gomes (2006), Sodré (2006) percebe que existe um novo modo de ser na Terra. Logo, as novas configurações e deslocamentos de existências são permitidos, segundo o autor, pelas mutações sociais movidas pela mídia, pois "formas tradicionais de representação da realidade e novíssimas [...] interagem, expandindo a dimensão tecnocultural, onde se constituem e se movimentam novos sujeitos sociais" (SODRÉ, 2006, p. 19).

Sodré (2006) amplia as três formas de existência humana propostas por Aristóteles, que são vida contemplativa, vida política e vida prazerosa, pensando em um novo *bios* de qualificação cultural própria, a chamada tecnocultura. Já a quarta esfera existencial de Sodré

"um novo tipo de relacionamento do indivíduo com as referências concretas e com a verdade" (SODRÉ, 2006, p.23), ou seja, os novos modos de pensar e agir, a partir dos desejos individuais, de qualificação existencial orientada pela mídia, são responsáveis pelos processos de interação social e construção social.

Sodré (2002, p. 21) conceitua a "midiatização" como

> [...] uma ordem de mediações socialmente realizadas no sentido da comunicação entendida como processo informacional, a reboque de organizações empresariais e com ênfase num tipo particular de interação – a que poderíamos chamar de 'tecno-interação' –, caracterizada por uma espécie de prótese tecnológica e mercadológica da realidade sensível, denominada *medium*[7].

Quanto às transformações sociais viabilizadas pelas tecnologias, Sodré (2006) lembra que a mídia e as tecnologias de comunicação produzem transformações importantes no modo de presença do indivíduo do mundo contemporâneo. O autor realça que a metáfora do espelho (inserida na obra *Antropologia do Espelho*, 2002) deve ser entendida como um ordenamento cultural da sociedade em que as imagens deixam de ser reflexos e máscaras de uma realidade referencial para se tornarem simulacros tecnicamente autorreferentes.

Sobre o estudo de Sodré, Alvarenga e Lombardi (2012) analisam que o autor constrói uma figura "unilateral da midiatização, ao defini-la como uma ordem de mediação[8] entendida como processo informacional" (2012, p.273). Assim, segundo os autores, Sodré (2008) pensou em um conceito de midiatização como uma nova qualificação de vida, como uma nova presença do sujeito no mundo. E a descrição feita pelo autor sobre midiatização "acaba se restringindo a uma análise das estratégias dos meios pouco se atentando para a complexidade das mediações envolvidas nos processos comunicacionais contemporâneos" (SODRÉ, 2008, p.274).

Nos estudos de Verón (1997), a perspectiva de análise do processo de midiatização preocupa-se com a problemática da influência dos meios de comunicação sobre os mecanismos de funcionamento social e com outras sociabilidades que surgem a partir das novas tecnologias de comunicação, dentro do processo de midiatização. O autor contextualiza, assim, uma conceituação de comunicação midiática, na qual se articulam os dispositivos tecnológicos, as condições específicas de produção e as práticas de recepção.

---

[7] O termo *médium* é definido por Sodré (2002) como a tecnologia associada à questão mercadológica da realidade sensível.
[8] Processo a partir do qual algumas práticas sociais são pautadas na lógica das mídias (MARTINO, 2016, p.38).

Na concepção de Gasparetto (2011), a midiatização é entendida como “fenômeno técnico-social-discursivo” em que as mídias se relacionam com outros campos sociais, afetando-os e por eles sendo afetadas. Segundo o autor, as mídias são campo de operações e, ao mesmo tempo, dispositivos que tratam de organizar e reger, segundo certas competências, as interações entre os campos sociais. Nesse contexto de estudo, para o pesquisador, os meios não são apenas meios, e sim, processos, que carregam em suas mensagens intencionalidades discursivas que alcançam o grande público e influenciam suas posturas e pensamentos.

Na análise de Mata (1999), o processo de midiatização apresenta mudanças nos modos de pensar, nas matrizes e modelos culturais que reconfiguram as experiências indenitárias baseadas nas diversidades que os vínculos sociais constroem. Na contemporaneidade dos meios massivos, perpassados por interações complexas de produção e representação de sentidos, destacam-se as transformações nos regimes de visibilidade como o campo religioso, possibilitadas pelo campo das mídias, espaço de embates e legitimação dos campos.

Rodrigues (1999) acrescenta que, na sociedade dos meios, as mídias estão em uma “zona de contato” com os demais campos sociais. Ou melhor, os campos estão em interação, não conformados por suas fronteiras, enquanto territórios estáticos. Sendo sua atividade dominantemente de caráter simbólico, as práticas discursivas movem-se, instituindo processos, estratégias e disputas de sentido.

2.4.1 Midiatização da religião

Na esfera do discurso religioso, a atuação de estratégias midiáticas é necessária para que a religião realize táticas de contato com seu público, o que decorre a partir do fenômeno da midiatização composto por um processo em que os dispositivos midiáticos atuam sobre práticas sociais dos outros campos, como, por exemplo, o da religião. Entende-se que a comunicação midiática resulta da articulação entre dispositivos tecnológicos e condições específicas de produção e recepção.

Martino (2012) considera que, para os estudos da religião e da mídia, se deve levar em consideração os estudos desses dois campos igualmente. Dentro dessa perspectiva, o autor compreende que o processo de midiatização transformou o fiel em um “fiel-receptor”, pois este passa a ter uma nova experiência religiosa, por meio dos meios tecnológicos, proporcionada pelo processo de midiatização.

Para o autor, o processo de midiatização da religião cria duas situações: dá poder econômico a determinadas igrejas e altera a forma de relação dos fiéis com a religião, pois a igreja passa a "colocar à disposição dos fiéis produtos específicos para o consumo" (MARTINO, 2016, p. 235). Mesmo sendo fatores de contradição na prática da igreja, a religião adapta-se às novas necessidades de uma sociedade contemporânea midiatizada.

> A midiatização da religião pode ser entendida como articulação de características dos meios de comunicação, com sua linguagem, seus códigos, seus limites e possibilidades de construção de mensagens nas práticas, formação e instituição religiosas. A midiatização não é uma relação passageira ou ocasional, mas um processo no qual tanto a *media* quanto a religião se articulam em práticas e ações comuns (MARTINO, 2016, p. 38).

Pesquisador também da temática mídia e religião, Fausto Neto (2006) explica que a evolução da midiatização da religião no Brasil ocorreu essencialmente por três fatores. O primeiro seria a indústria cultural ligada à televisão e à Internet, a captura do fiel deve ser compreendida pelo papel da indústria cultural. O segundo é a existência de um mercado religioso para as ofertas midiáticas. E o terceiro relaciona-se à saída de cena de agentes estratégicos como, por exemplo, o Estado, que faz com que o campo religioso seja protagonista em atuações com "políticas de atendimento", em que a religião deixa de ser uma abstração e, pelo seu trabalho, os horizontes de salvação deixam de ter parâmetros de vida após a morte, acionando a problemática do aqui e agora.

Gomes (2009), estudioso também da área, enfatiza a importância da religião com os meios de comunicação, pois "eles potencializam a sua ação". O autor sugere que as igrejas façam reflexão que ultrapasse o mero uso dos dispositivos tecnológicos, ou seja, as denominações religiosas precisam presenciar esse fenômeno como uma nova cultura emergente.

Gasparetto (2011) conclui que as igrejas estruturam suas estratégias em torno de ofertas discursivas midiáticas que respondam às necessidades do "aqui e agora", que procurem uma maneira de resolver problemas das pessoas, em que a beleza substitui a verdade, a doutrina, a moral. E o compromisso, o contexto, a oratória racional e os objetos são ressignificados em uma nova dimensão de pertença a uma "comunidade concreta".

> A inserção da religião num meio massivo de comunicação como a televisão se relaciona com uma redefinição nos 'modos de fazer' religião e de assumir uma identidade religiosa, fenômeno que bem pode estender-se em todo o panorama brasileiro" (GASPARETTO, 2011, p. 115).

O autor ainda explica que o processo de midiatização no campo religioso começa como um problema de investigação no campo da comunicação, a partir da década de 50. Nesse período, líderes religiosos norte-americanos, a maioria protestantes, e ainda os católicos utilizam os meios de comunicação de massa como instrumento de propaganda da fé. A Igreja Católica, segundo o autor, acompanha o fenômeno com desconfiança, depois com preocupação e, finalmente, com um distanciamento crítico, buscando paradigmas teóricos no campo da sociologia, da filosofia, da comunicação e teologia sobre a relação entre os meios de comunicação e a Igreja. Nesse contexto, a Igreja adapta-se às lógicas do funcionamento do campo midiático para atingir a população. Assim, a mídia religiosa é um instrumento por excelência de difusão de doutrinas religiosas e se serve de temas da definição da temática pública e de temas institucionais, coletivos ou individuais (MARTINO, 2005).

2.5 Campo político e religioso

Settom considera Bourdieu um estudioso da "concepção sistêmica do social". "A estrutura social é vista por ele como um sistema hierarquizado de poder e privilégios determinados tanto pelas relações materiais quanto simbólicas" (SETTON, 2014, p. 326).

Assim, a localização dos grupos na estrutura social é um referente da desigualdade de distribuição de recursos e poderes de cada um (SETTON, 2014). Esses recursos dizem respeito ao capital econômico cultural, social e simbólico. Para estudar essas atribuições, Bourdieu (2004) utilizou-se, *a priori*, do conceito de campo.

Campo é definido por Bourdieu (1981) como um microcosmo social dotado de certa autonomia, com leis e regras peculiares, ao mesmo tempo relacionado a um espaço social mais amplo e por ele influenciado. As posições são obtidas pela disputa de capitais específicos, apreciados de acordo com as características de cada campo. Os capitais são possuídos em maior ou menor grau pelos agentes que compõem os campos, diferenças essas responsáveis pelas posições hierárquicas que tais agentes ocupam.

Os agentes podem ser indivíduos ou instituições, os quais criam os espaços e os fazem existir pelas relações estabelecidas no ambiente. Um dos princípios dos campos, à medida que determina o que os agentes podem ou não fazer, é a "estrutura das relações objetivas entre os diferentes agentes", como é acentuado por Bourdieu (2004).

A relação entre campo e capital é explicitada pelo autor como palco de lutas e relações

de poder. Cada campo se constitui como espaço no qual os capitais são movimentados, valorizados, legitimados. Assim, de acordo com as características e finalidades de um determinado campo, um ou outro capital terá maior valor e importância. É também nesse espaço que pode ser situado o *habitus*.

Cada campo privilegia um *habitus* específico, que é definido como "sistema de disposições duráveis" (BOURDIEU, 2004). As estruturas são estruturantes, à medida que são responsáveis pela construção de práticas e representações por parte dos agentes, mas também são estruturadas, influenciadas, inventadas, recriadas por esses agentes.

O poder simbólico estabelecido em um campo é invisível e só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que estão sujeitos a ele. Segundo Bourdieu (1989), os sistemas simbólicos exercem um poder estruturante, à medida que são também estruturados. E a estruturação decorre da função que os sistemas simbólicos possuem de integração social para um determinado consenso. O consenso aqui apresentado é o da hegemonia (dominação).

Nesse contexto, "as relações de comunicação são, de modo inseparável, sempre, relações de poder que dependem, na forma e no conteúdo, do poder material e simbólico acumulados pelos agentes" (Bourdieu, 1989, p.11). O que ocorre é uma relação de luta, principalmente simbólica, em que as diferentes classes estão envolvidas para imporem a definição do mundo social conforme seus interesses. A fronteira de um determinado campo, segundo Bourdieu (1989), pode ser presenciada nos seus efeitos, ou seja, um sujeito pertence a um determinado campo à proporção que dele sofre efeitos ou nele os produz.

Bourdieu (1989) define campo político como espaço em que sujeitos se opõem a outro campo de lutas simbólicas. Os discursos políticos são dirigidos aos concorrentes no campo. A política, por excelência, é o espaço do efeito simbólico, ação que se exerce por sinais capazes de produzir "coisas sociais" (BOURDIEU, 1989). Nesse sentido, segundo o autor, a classe existe à medida que os "mandatários plenos" de poder se sentem autorizados a falar em nome dela e fazê-la existir.

Segundo Bourdieu (1989), o que o campo político oferece são instrumentos de percepção e de expressão do mundo social. E a distribuição das opiniões depende do estado dos instrumentos de percepção e de expressão disponíveis e do acesso que os diferentes grupos têm a esses instrumentos. E, ainda, a produção de formas de percepção e de expressão é monopólio dos profissionais e está sujeita a constrangimentos referentes ao campo político.

O que mais se aproxima do campo político é o campo religioso. Nesse caso, também uma parte muito importante do que nele ocorre é efeito de relações internas. "Foi isso que, sem a noção de campo, Max Weber (1864-1920) descreveu muito bem; as relações entre o padre, o profeta e o feiticeiro são determinantes do essencial daquilo que se passa no campo religioso" (BOURDIEU, 2012, p.37).

Conforme Bourdieu (1989), o campo religioso assemelha-se bastante ao campo político, o qual, apesar de sua tendência ao fechamento, permanece submetido ao veredito dos leigos. O campo religioso apresenta capital simbólico específico, composto por regras, crenças, técnicas, conhecimentos, história, hierarquia. Ao fazer uso desse capital simbólico, o dominante também busca manter-se no poder, fundamentando sua autoridade com base nesse capital simbólico e tendendo à defesa da ortodoxia e à busca pela exclusão dos recém-chegados que, então, adotam estratégias de subversão como as da heresia, para construir a sua legitimidade própria.

Martino (2016) esclarece que, no campo religioso, os agentes são religião, igreja ou denominação religiosa, assim como padre, pastor ou pai de santo. O que os une é a relação de disputa permanente entre eles. Essa disputa pode ser por novos adeptos ou por uma maior influência nas decisões políticas. Isso significa que novos métodos serão utilizados por uma instituição para conseguir o resultado antes das outras.

Para Bourdieu (1992), a igreja contribui para a manutenção da ordem política, ou melhor, para o reforço simbólico das divisões desta ordem pela imposição e inculcação dos esquemas de percepção, pensamento e ação objetivamente conferidos às estruturas políticas e, por essa razão, tendentes a conferir a tais estruturas a legitimação suprema que é a "neutralização", capaz de instaurar e restaurar o consenso acerca da ordem do mundo, mediante a imposição e a inculcação de esquemas de pensamento comuns, bem como pela afirmação ou pela reafirmação solene de tal consenso, por ocasião da festa ou da cerimônia religiosa, que constitui uma ação simbólica de segunda ordem, que utiliza a eficácia simbólica e reforça a crença coletiva em sua eficácia.

Pessoas ou instituições que possuem interesse em comum formam a relação entre "agentes", constituída no interior do campo. Quem quer que ingresse na política, assim como em uma religião, deve operar, segundo Bourdieu (2011), uma "transformação". Mesmo que não tenha consciência disso, essa mudança é implicitamente imposta, e a sanção, em caso de transgressão, é o fracasso ou a exclusão.

CAPÍTULO III – A PESQUISA: COMUNICAÇÃO, RELIGIÃO E POLÍTICA

3.1 Informações sobre a pesquisa

3.1.1 Procedimentos metodológicos

Para a classificação metodológica da pesquisa, toma-se como base a conceituação apresentada por Robert K. Yin (2009, p. 13), que define o Estudo de Caso como "uma investigação empírica que pesquisa um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto real, principalmente quando os limites do fenômeno e do seu contexto não estão claramente evidentes." O Estudo de Caso é uma metodologia comum de investigação dentro da comunicação e, como qualquer método científico, possui vantagens e limitações com maior ou menor importância, de acordo com o tipo de estudo.

Neste estudo sobre a Frente Parlamentar Evangélica na CMM, no entanto, percebeu-se que, mesmo diante de divergências acerca da utilização do Estudo de Caso, o tipo de pesquisa se constitui como uma metodologia consolidada, uma vez que, ao investigar situações particulares, o Estudo de Caso pode identificar aspectos gerais e relacioná-los com outras situações convergentes. Nota-se que esta metodologia de pesquisa se adapta às situações singulares do fenômeno investigado na CMM, relacionadas a vereadores evangélicos e à suposta FPE.

3.1.2 Instrumentos de pesquisa

Fez-se uso de métodos e técnicas qualitativas para a realização do estudo. Para isso, utilizou-se a revisão bibliográfica como metodologia e recorreu-se ao estudo de Yin (2009), com o objetivo de contextualizar o Estudo de Caso na pesquisa qualitativa, em comportamento que envolve comunicação, religião e política, destacando a natureza desse estudo, de seu delineamento como metodologia de investigação e de sua aplicação na pesquisa em dinâmica legislativa, além de suas possibilidades e de seus limites enquanto estratégia de pesquisa.

O desenvolvimento do Estudo de Caso baseou-se em André (2005) e foi realizado em três fases: primeira, a exploratória – momento em que o pesquisador entrou em contato com a situação a ser investigada para definir o caso, momento de estudo e leituras prévias, sob a orientação da Prof.ª Dr.ª Maria Emília Pereira Abbud. Assim se definiram os procedimentos e

instrumentos de coleta de dados. Segunda fase, a de coleta dos dados ou de delimitação do estudo e terceira, a de análise sistemática dos dados, traçadas como linhas gerais para condução deste tipo de pesquisa.

A triangulação dos dados é apontada por Yin (2009) e Martins (2008) como procedimento fundamental à validação da pesquisa, considerando que a confiabilidade de um estudo de caso poderá ser garantida pela utilização de várias fontes de evidências, sendo que a significância dos achados terá mais qualidade ainda, se as técnicas forem distintas.

Para Martins (2008, p.80), a convergência de resultados advindos de fontes distintas oferece um excelente grau de confiabilidade ao estudo, muito além de pesquisas orientadas por outras estratégias. Yin (2009) salienta que são procedimentos como esses que consolidam o estudo de caso como estratégia de pesquisa válida.

Diante disso, as perguntas do Estudo de Caso lidam com uma situação tecnicamente distinta, na qual haverá mais variáveis de interesse que pontos de dados. Consequentemente, contam com fontes múltiplas de evidências e dados que precisam convergir de maneira triangular, além de se beneficiar do desenvolvimento prévio de proposições teóricas, para guiar a coleta e análise dos dados.

Conforme foi dito, o objetivo principal proposto é compreender as relações que permeiam entre os campos da comunicação, religião e política da Parlamentar Evangélica na CMM. Para isso, buscou-se caracterizar uma Frente Evangélica, definir a relação do campo comunicacional, religioso e político e identificar os processos comunicacionais dessa Frente.

As entrevistas, realizadas em horário comercial na CMM, em fevereiro de 2017, foram individuais e seguiram um roteiro de perguntas semiestruturadas, e, por solicitação dos parlamentares, não foram gravadas, apenas registradas pela pesquisadora.

De modo complementar, recorreu-se à análise das matérias publicadas entre 2015-2016 nos jornais *online* locais (Acrítica, Amazonas em Tempo, Diário do Amazonas e Jornal do Commercio) e no portal da Câmara Municipal com as palavras-chave: “Frente Parlamentar Evangélica” e “Bancada Evangélica”.

A coleta de dados qualitativos ocorreu por meio de entrevistas semiestruturadas com vereadores que exerciam mandatos no período de 2013-2016. O critério de inclusão dos parlamentares na amostra considerou os vereadores evangélicos que participaram da Frente

Parlamentar Evangélica no mandato de 2013-2016. Os critérios de exclusão dos sujeitos participantes foram: 1) vereadores com licença médica; 2) vereadores evangélicos que não manifestavam interesse em fazer parte de uma Frente Parlamentar Evangélica (conforme apresentado nos Projetos de Resolução n. 009/2013 e n. 007/2015).

O Termo de Concordância para a realização da pesquisa foi autorizado pela Diretoria Administrativa da Câmara Municipal de Manaus. Para selecionar o universo de vereadores pertencentes à FPE, recorreu-se ao presidente da CMM (2014-2016), que encaminhou o "Termo de Autorização da Pesquisa" à Diretoria de Administração da Casa, que concedeu a permissão. Após a liberação, a Diretoria de Comunicação da Casa ficou responsável por apoiar a pesquisadora no levantamento das informações sobre a Frente Parlamentar Evangélica.

Por envolver seres humanos, este trabalho foi submetido ao Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas (CEP/UFAM) e por ele aprovado, conforme protocolo de número CAAE: 64326417.5.0000.5020, atendendo, na ocasião, às Resoluções CNS n. 466/2012 e n. 510/2016, garantindo os direitos dos sujeitos participantes da pesquisa. O Termo de Concordância (Apêndice A) para a realização da pesquisa foi autorizado pela Diretoria Administrativa da CMM.

Durante a pesquisa, a Diretora de Comunicação da CMM informou que não existia, institucionalmente, uma Frente Parlamentar Evangélica formalizada, o que havia era um movimento interno de vereadores evangélicos para sua criação, por meio de propostas de Projetos de Resolução.

A partir disso, a Diretoria de Comunicação da CMM apresentou um levantamento de doze parlamentares que se posicionavam como vereadores "evangélicos", o mesmo quantitativo que a mídia amazonense registrava em matérias jornalísticas da época. Entretanto, durante o tempo de pesquisa, registrou-se a atuação de seis vereadores apenas. Quatro desses seis aceitaram participar da pesquisa e foram identificados pelas letras do alfabeto A, B, C e D, para garantir o sigilo dos seus nomes. Os outros dois vereadores não foram entrevistados por estarem em campanha eleitoral.

Os dados coletados e analisados, tanto nas entrevistas quanto nas matérias dos jornais *online*, foram baseados nos autores Baldissera (2009), Bourdieu (1989), Martino (2016) e Morin (2008).

3.2 A estrutura organizacional da Câmara Municipal de Manaus

A Câmara Municipal de Manaus (CMM) é a sede do Poder Legislativo da capital amazonense e congrega representantes políticos eleitos diretamente pela população a cada quatro anos. São 41 vereadores que compõem o quadro de parlamentares, que se reúnem em sessões ordinárias, de caráter público, às segundas e quartas-feiras, a partir das 9h, na sede do Poder Legislativo, denominada Paço Legislativo dos Manaós, localizada na rua Padre Agostinho Caballero Martin, 850, bairro São Raimundo, Zona Oeste de Manaus.

A Casa Legislativa funciona em duas sessões por ano. De 1.º de fevereiro a 25 de junho, primeira Sessão Legislativa, e de 10 de julho a 22 de dezembro, segunda Sessão Legislativa. Os parlamentares usufruem, durante o ano, de dois períodos de recesso, o mês de janeiro e de 26 de junho a 9 de julho.

Durante o período de funcionamento da Casa Legislativa, os parlamentares, nas quintas e sextas-feiras, reúnem-se nas Comissões Técnicas da Casa, que são grupos de trabalho específicos voltados para áreas de interesse da sociedade, como educação, saúde, finanças, defesa do consumidor, meio ambiente, turismo, etc.

As Comissões Técnicas destinam-se à análise de proposituras deliberadas pelo Plenário, bem como à elaboração de parecer técnico dos projetos, os quais, após a devida análise, voltam para discussão e votação dos vereadores no Plenário da Câmara Municipal de Manaus.

Além das reuniões plenárias e das reuniões realizadas pelas Comissões Técnicas, os vereadores atendem a população em seus gabinetes, pessoalmente ou por intermédio de assessores, visitam as comunidades nos bairros de Manaus e reúnem-se com secretários municipais e o prefeito para apresentar as demandas dos cidadãos.

É no plenário Adriano Jorge, na CMM, que os vereadores têm o dever de discutir a melhor maneira de atender às principais demandas da sociedade, com o intuito de apresentar soluções aos problemas cotidianos do município.

Na CMM, também conhecida como Parlamento Municipal ou Casa Legislativa Municipal, os vereadores são responsáveis pela elaboração de projetos de lei, indicações, requerimentos e moções e pela aprovação de leis que beneficiem a sociedade manauara, além de fiscalizarem as ações do Poder Executivo Municipal.

Figura 2 – Sede da Câmara Municipal de Manaus (CMM)

Fonte: Diretoria de Comunicação. Fotógrafo: Robervaldo Rocha

3.2.1 Panorama interno da Câmara Municipal de Manaus: atividades dos vereadores

Além dos pronunciamentos sobre assuntos de interesse da população, o vereador discute e apresenta proposições, que são as matérias deliberadas pelo Plenário, composto pelos 41 vereadores.

As proposições ou proposituras: Projeto de Lei, Projeto de Resolução, Projeto de Decreto Legislativo, emendas, Lei Orgânica do Município de Manaus, requerimentos, moções, indicações, substitutivos, vetos e pareceres. Apresenta-se no texto a definição de cada uma delas. Torna-se necessário esse conhecimento, para entender o panorama interno de trabalho dos vereadores da CMM.

Projeto de Lei – A proposta aprovada pelas Comissões Técnicas e pelo Plenário e sancionada pelo prefeito origina lei. Caso contrário, o projeto é arquivado. Sua iniciativa cabe a qualquer vereador, à Mesa Diretora, às Comissões, aos eleitores (na forma do artigo 60 da Lei Orgânica do Município de Manaus) e ao prefeito, com as restrições constantes da Constituição Federal e Estadual, da Lei Orgânica do Município e do Regimento Interno da Câmara Municipal de Manaus.

Projeto de Resolução – Trata de assuntos de caráter político ou organizacional da própria Câmara Municipal, dispensando a manifestação do prefeito. Os projetos de resolução tratam, por exemplo, de perda ou extinção de mandato; assuntos internos da Casa Legislativa; criação e conclusão de comissões especiais; alterações do Regimento Interno; assuntos do Executivo que, por sua vez, exijam aprovação do Parlamento, e concessão de licença para vereadores, acima de trinta dias.

Decreto Legislativo – Regulamentação de matérias de competência privativa da Câmara Municipal de Manaus, como: licença do prefeito e do vice-prefeito; aprovação ou rejeição de contas e balanços do Executivo e da Câmara; concessões de comendas como medalhas e títulos honoríficos e mudança do prédio onde funciona o Poder Legislativo Municipal.

Emenda – Proposta apresentada por vereador, Comissão ou pela Mesa Diretora da Câmara, com a finalidade de alterar parte de um projeto em discussão.

Requerimento – Solicitação encaminhada ao presidente da Câmara sobre matéria do expediente ou de ordem, é apresentado por vereador ou Comissão, destinado a órgão público ou privado e será resolvido pelo Plenário na ordem de sua apresentação, salvo os da alçada do presidente.

Moções – Proposições enviadas à Câmara Municipal para que se manifeste sobre determinado assunto, reivindicando providências, hipotecando solidariedade, protestando, repudiando ou desagravando.

Indicação – Utilizado pelos vereadores para indicar aos poderes públicos ou a entidades públicas ou não medidas de interesse coletivo.

Substitutivo – Proposição apresentada pelo vereador, Comissão ou pela Mesa Diretora da Câmara, para substituir matéria sobre o mesmo assunto. Tal proposição deverá contar com a subscrição de 1/3 dos vereadores.

Veto – Ato pelo qual o prefeito, por motivos definidos em lei, nega, total ou parcialmente, sanção a uma lei votada pelo Legislativo Municipal. Isso acontece, quando o projeto é julgado inconstitucional ou contrário aos interesses públicos. O veto pode ser parcial, quando atinge somente parte do projeto de lei, ou total, quando determina a impugnação de todo o texto. Ao chegar ao Parlamento Municipal, o veto é recebido pela Mesa

Diretora e enviado à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, para análise e emissão de parecer. A apreciação do veto pelo Plenário deverá ocorrer no prazo de trinta dias, a contar de sua chegada ao Parlamento.

Parecer – Documento exarado por uma comissão ou por um relator sobre matéria sujeita à sua análise. É emitido com observância das normas estipuladas no Regimento Interno e tem por finalidade esclarecer à Mesa, à Presidência ou ao Plenário os aspectos técnicos (inclusive jurídicos) e políticos do assunto submetido à Comissão, possibilitando-lhes deliberar com maior conhecimento do assunto.

As deliberações da Câmara Municipal de Manaus são tomadas por maioria de votos. A maioria simples corresponde a 21 votos, uma vez que a CMM dispõe de 41 vereadores. Há casos em que a maioria necessária é representada por 2/3 dos vereadores, ou seja, 27 parlamentares. As circunstâncias excepcionais estão previstas na Constituição Estadual (CF/88), Lei Orgânica do Município de Manaus (Loman), nas Leis Específicas Federais e Estaduais e no Regimento Interno da CMM.

Para o estudo proposto, foram analisados documentos da Casa Legislativa (Projetos de Leis, Projetos de Resoluções, Decretos, etc.) submetidos à análise entre 2015-2016, que envolviam a atuação dos membros da Frente Parlamentar Evangélica da 16.ª Legislatura. Os nomes dos 41 vereadores do mandato de 2013-2016 seguem abaixo:

Tabela 1 – 6.ª Legislatura da Câmara Municipal de Manaus

Alonso Oliveira de Souza
Partido Trabalhista Cristão (PTC)
Álvaro João Campelo da Mata
Partido Progressista (PP)
Amauri Batista Colares
Partido Republicano da Ordem Social (PROS)
Antônio Carmo de Lima[9]
Democrata (DEM)
Arlindo Pedro da Silva Júnior
Partido Republicano da Ordem Social (PROS)

[9] Assumiu, em 3 de fevereiro de 2015, o mandato em caráter definitivo com a vaga aberta em razão da renúncia do vereador Carlos Alberto de Castro Almeida, eleito deputado estadual no pleito de 2014.

Bibiano Simões Garcia Filho
Partido do Trabalhador (PT)
Carlos Alberto de Castro Almeida[10]
Partido Republicano Brasileiro (PRB)
Carmem Glória de Almeida Carrate[11]
Partido Republicano Brasileiro (PRB)
David Valente Reis
Partido Verde (PV)
Ednailson Leite Rozenha
Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)
Elias Emanuel Rebouças de Lima
Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)
Everaldo Farias de Lima
Partido Verde (PV)
Ewerton Campos Wanderley[12]
Partido Pátria Livre (PPL)
Fabrício Silva Lima[13]
Partido Solidariedade (PS)
Francisco Assis Santos Soares
Partido Social Democrático (PSD)
Francisco do Nascimento Gomes[14]
Partido Liberal (PL)
Francisco Plínio Valério Tomaz
Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)
Geraldo Ribeiro da Silva Júnior
Partido Trabalhista Nacional (PTN)
Gilmar de Oliveira Nascimento
Partido Democrático Trabalhista (PDT)
Isaac Tayah
Partido Social Democrata Cristão (PSDC)
Jairo Ribeiro Dias
Partido Republicano da Ordem Social (PROS)
Joelson Sales Silva[15]
Partido Social Cristão (PSC)
João Bosco Gomes Saraiva[16] – Presidente (2013-2014)

[10] Eleito deputado estadual no pleito de 2014, renunciou, em 31 de janeiro de 2015, ao mandato de vereador.
[11] Assumiu a vaga no parlamento municipal, em virtude da decisão judicial que cassou o diploma do vereador Ronaldo Tabosa dos Reis.
[12] Em 3 de fevereiro de 2015, assumiu o mandato de vereador em caráter definitivo, com a vaga aberta devido à renúncia do vereador Bosco Saraiva, eleito deputado estadual no pleito de 2014.
[13] Licenciou-se do parlamento municipal, em 17 de fevereiro de 2016, para assumir como titular na Secretaria de Estado de Juventude, Esporte e Lazer (Sejel).
[14] Licenciou-se do cargo de vereador para assumir o mandato de deputado estadual em 18 de março de 2015.
[15] Licenciou-se do cargo de vereador para assumir o mandato de deputado estadual em 18 de março de 2015.

Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)

João Francisco de Miranda Soares
Partido Trabalhista Nacional (PTN)

José Mário Frota Moreira
Partido Humanista da Solidariedade (PHS)

Luciana da Silva Monteiro[17]
Partido Progressista(PP)

Luís Augusto Mitoso Júnior
Partido Social Democrático (PSD)

Luiz Felipe Silva de Souza
Partido Trabalhista Nacional (PTN)

Luiz Hiram Moraes Nicolau
Partido Social Democrático (PSD)

Marcel Alexandre da Silva
Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)

Marcelo Augusto da Eira Correa
Partido Socialista Brasileiro (PSB)

Maria do Socorro Sampaio Moura da Fontoura
Partido Progressista (PP)

Maria Jacqueline Coelho Pinheiro
Partido Humanista da Solidariedade (PHS)

Massami Miki
Partido Social Liberal (PSL)

Maurício Wilker de Azevedo Barreto – Presidente (2015-2016)
Partido Humanista da Solidariedade (PHS)

Reizo Felício da Silva Castelo Branco Maués
Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)

Roberto Sabino Rodrigues
Partido Republicano da Ordem Social (PROS)

Rosilene da Silva Souza
Partido dos Trabalhadores (PT)

Rosivaldo Oliveira Cordovil
Partido Trabalhista Nacional (PTN)

Samuel da Costa Monteiro
Partido Popular Socialista (PPS)

Sildomar Abtibol
Partido Republicano da Ordem Social (PROS)

Therezinha Ruiz de Oliveira
Democratas (DEM)

Vilma Florenço Queiroz
Partido Humanista da Solidariedade (PHS)

---

[16] Foi eleito deputado estadual no pleito de 2014.
[17] Assumiu a suplência em decorrência da licença do vereador Francisco Gomes.

Waldemir José da Silva
Partido dos Trabalhadores (PT)
Walfran de Souza Torres
Partido Trabalhista Nacional (PTN)

Fonte: Câmara Municipal de Manaus

3.3 Frente Parlamentar Evangélica da Câmara Municipal de Manaus

Em Manaus, o Regimento Interno da Câmara Municipal de 2016 prevê a existência de Frentes Parlamentares em comissões temporárias especiais, para debater e dar parecer sobre assuntos de interesse para a sociedade amazonense.

Essas Frentes Parlamentares, para ganharem formalidade no Legislativo, são criadas por meio de Projeto de Resolução, que dispensa a aprovação do prefeito. Assim, os vereadores apresentam o projeto em plenário e o encaminham à Assessoria Técnico-Legislativa. Esta assessoria analisa a existência de projetos similares em tramitação na Câmara, verifica erros técnicos no texto, que contrariem a Constituição Federal/88 e indica as Comissões pelas quais o projeto deve passar para receber pareceres.

Referente ao Projeto de Resolução, a Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) da Casa Legislativa é responsável pela criação da Frente Parlamentar Evangélica. Para serem aprovados na Câmara, os projetos são submetidos a duas discussões e duas votações. Se não for aprovado em alguma das votações, o projeto é arquivado.

As Resoluções, assim como os Decretos Legislativos, são promulgadas pelo presidente da Câmara. Outros tipos de projetos precisam ser sancionados pelo prefeito, para legalidade de leis. Se o Projeto de Resolução for vetado total ou parcialmente, ele retorna à Câmara. Os vereadores analisam o veto do prefeito e votam por mantê-lo ou derrubá-lo.

Nos anos de 2013 e 2015, dois projetos foram submetidos à análise da CCJR com a proposta de criação de Frente Parlamentar Evangélica. O primeiro projeto da Casa Legislativa, a solicitar a criação de uma Frente Parlamentar de cunho religioso, surgiu por meio do Projeto de Resolução n. 009/2013, que dispõe sobre a criação da Frente Parlamentar Cristã, apresentado por onze dos 41 vereadores da Câmara Municipal de Manaus[18].

[18] Amauri Colares (PSC), Mitoso (PSD), Roberto Sabino (PRTB), Marcel Alexandre (PMDB), Carlos Alberto (PRB), Walfran Torres (PTC), Gilmar Nascimento (PDT), Dr. Gomes (PDT), Prof. Samuel (PPS), Davi Reis (PSDC) e Francisco da Jornada (PDT) são os vereadores que assinaram o Projeto de Resolução n. 009/2013.

A proposta do Projeto de Resolução n. 009/2013 originou-se a partir da aprovação da Emenda n. 079/2013 à Lei de Diretrizes Orçamentarias (LDO) do Município, proposta do vereador Carlos Alberto (PRB), que incluía eventos evangélicos na Secretaria Municipal de Cultura e Artes (Manauscult). O texto aceito pela Câmara Municipal de Manaus, por ocasião da aprovação do Plano Plurianual (PPA), período 2014-2017, e da elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA), exercício de 2014, causou manifestações de artistas locais contra a destinação de recursos públicos para a realização de eventos evangélicos. (**Figura 3**).

Figura 3 – Lei de evento causa protesto com artistas de Manaus

Fonte: Portal G1, publicado em 23-7-2013[19]

A Frente Parlamentar definida como "cristã" justificou sua criação como "aberta" aos vereadores da Casa Legislativa, visto que, para esses parlamentares, a "comunidade cristã" contribui para as discussões de temas sobre as esferas de poder e produz uma marca humanística na defesa dos direitos fundamentais da sociedade.

Objetivos do Projeto de Resolução n. 009/2013: defender os valores morais da família; cuidar dos interesses das igrejas cristãs de Manaus; representar a Câmara de Manaus, por indicação do presidente desta Casa Legislativa, no acolhimento de projetos e discussões de interesse, quando convidada por entidades cristãs para eventos ou reuniões, além de interagir com a Frente Parlamentar Evangélica no Congresso Nacional.

Enfatiza-se que a proposta de 2013 não foi aprovada pela CCJR da Câmara Municipal de Manaus. Entretanto, mesmo não sendo instituída oficialmente dentro da Câmara Municipal, a Frente Parlamentar Evangélica realizava reuniões externas com líderes políticos

[19]Disponível em: http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2013/07/em-manaus-artistas-revoltam-se-contra-lei-para-eventos-evangelicos.html

do Amazonas ou de outros estados para intitular projetos para beneficiar instituições religiosas (**Figura 4**).

Figura 4 – Propostas de projetos para organizações religiosas

Fonte: Câmara Municipal de Manaus, publicação em 16-12-2013[20]

Em 2015, surge a segunda proposta para formalizar a Frente Parlamentar Evangélica, por meio do Projeto de Resolução n. 007/2015, de autoria da parlamentar e pastora Luciana Alves da Silva (PP), suplente do vereador Francisco do Nascimento Gomes (PL), que se licenciou para assumir o mandato de deputado estadual na Assembleia Legislativa de Manaus (ALEAM). Os objetivos de atuação desse Projeto Legislativo enfatizavam a família e moral cristã:

> Defesa dos valores morais e éticos da família cristã evangélica; Seguir os ensinamentos da palavra de Deus contidos na Bíblia sagrada; Cuidar dos interesses do segmento Evangélico e de suas lideranças na capital; Representar esta augusta Casa Legislativa quando convidada por quaisquer entidades ou órgãos do Município de Manaus ou do Estado do Amazonas, acompanhando os projetos e discussões de quaisquer temas que digam respeito ao segmento evangélico; Fazer integração com a Frente Parlamentar Evangélica no Congresso Nacional ou outros Estados da Federação, quando se fizer necessário (Art. 3.º , Projeto de Resolução n. 007/2015).

O Projeto de Resolução n. 007/2015, de conteúdo direcionado ao segmento evangélico, propõe parceria com a Câmara Municipal de Manaus, para funcionamento das atividades da Frente Evangélica, usando a estrutura da própria Casa Legislativa, assim como da Assessoria de Comunicação da Câmara Municipal, para divulgar ações que beneficiem a sociedade.

---

[20] Disponível em: http://www.cmm.am.gov.br/cmm-aprova-emenda-ao-plano-diretor-que-desburocratiza-instalacao-de-organizacoes-religiosas-em-manaus-com-ate-400-metros-quadrados/

O Projeto de Lei n. 009/2013 fundamentou-se na conquista da defesa dos direitos humanos, ideias e projetos extensivos aos cidadãos. Para os vereadores da proposta, a comunidade cristã, principalmente católicos e evangélicos, oferece contribuição efetiva nas discussões dos temas nas esferas de poder, definindo "uma marca humanística na defesa dos direitos fundamentais".

O Projeto de Resolução n. 007/2015 realiza sua fundamentação, a partir de informações do Serviço de Evangelização para a América Latina (Sepel), organização protestante de estudos teológicos que, em 2009, divulgou uma estimativa: metade dos brasileiros será evangélica em 2020.

A Resolução n. 007/2015 também não obteve aprovação da CCJR interna da Câmara Municipal de Manaus. Essa proposta visava, sobretudo, acompanhar os assuntos de interesse do povo evangélico e sensibilizar a sociedade civil para a importância da religião na sociedade, principalmente no que se refere ao apoio emocional e espiritual, e, de maneira especial, à luta para a preservação da família.

3.4 Análises das entrevistas

3.4.1 Vereadores evangélicos

Os evangélicos impulsionam, atualmente, o que a fé católica romana já desenvolvia na dinâmica social, política e cultural do país, a começar pela existência de feriados nacionais relacionados aos santos e às festas católicas, passando pelos crucifixos em destaque nas paredes das repartições públicas, até o Acordo Brasil Vaticano de 2009, que concede isenção tributária a instituições católicas, privilegia catolicismo no ensino religioso nas escolas públicas e garante cooperação para preservar e valorizar os bens culturais da Igreja Católica.

A atuação política do crescimento das igrejas evangélicas, especialmente das (neo)pentecostais, é estabelecida por visibilidade e influência social. Some-se a isso o projeto político de igrejas como Universal do Reino de Deus e Assembleia de Deus, de ocupação e criação de partidos políticos, que buscam poder decisório na esfera pública.

Na Câmara Municipal de Manaus, seis dos doze parlamentares evangélicos da suposta Frente Parlamentar Evangélica afirmam fazer parte da Igreja Assembleia de Deus. Constatou-se que não existe uma discussão mais intensa sobre as propostas, principalmente de Projetos de Leis, divulgadas pelos vereadores evangélicos nos veículos de comunicação.

Ao responder ao roteiro de perguntas semiestruturado, os parlamentares descreveram a atuação na CMM, sem se reportarem a fatos polêmicos de projetos religiosos (locais ou nacionais), que foram divulgados pela mídia em 2015-2016. São parlamentares que tinham entre 30 a 45 anos, sendo que nove têm curso superior; dois, superior incompleto e um, ensino médio. Esses parlamentares percebem na política um espaço público para trabalhar conceitos religiosos. Observa-se que, apesar de congregarem igrejas evangélicas diversas, o discurso foi marcado pelo conceito da moral cristã e da valorização da família brasileira.

Percebeu-se, a partir das colocações dos vereadores evangélicos A, B, C e D, que a presença na política se liga ao fato de que, atualmente, existem atores coletivos e igrejas que participam, não só indicando candidaturas, mas também atuando no espaço político. Essa disputa busca alianças e campanhas políticas. É dessa forma que, segundo os parlamentares ouvidos, os evangélicos têm "peso" no que se refere à capacidade de "orientar", sobretudo, os eleitores, além de se destacarem em pautas internas da Casa Legislativa e, consequentemente, nos veículos de comunicação.

Nesse contexto, Machado (2006) salienta que a experiência democrática, liberal e o regime republicano estimulam o uso da identidade partidária. Assim, nas últimas eleições (2010 e 2014) no país, a presença de políticos evangélicos torna-se mais fortalecida, a identidade religiosa recebe mais destaque do que a identidade partidária. Para o autor, isso é um problema, porque enfraquece os partidos políticos, que são instituições importantes para a democracia. Uma preocupação que se tem com o uso da identidade religiosa é esvaziar-se a instituição dos partidos, que já é muito incipiente na cultura política brasileira. Isso não é só uma característica dos evangélicos, visto que a mobilidade partidária é presente no Brasil, também é importante considerar a heterogeneidade dos evangélicos.

Na CMM, os parlamentares A, B, C e D têm representatividade nas 22 Comissões instituídas na Casa Legislativa. Nessas, eles também tentam barrar a tramitação de projetos e buscam visibilidades interna, principalmente quanto sua posição sobre temas que conseguem dominar, como o religioso.

Observou-se nas matérias jornalísticas analisadas que a mídia os denomina "políticos polêmicos", por apresentarem projetos que buscam a manutenção de valores religiosos. A mídia, ao divulgar os projetos de leis com propostas religiosas, contribuem para a visibilidade desses parlamentares. A importância de conquistar o voto para os próximos quatro anos de mandato é essencial perante a disputa no espaço político, mesmo não havendo

uma agenda semanal para discussão entre os membros da suposta Frente Parlamentar Evangélica.

Verifica-se que cada vereador evangélico, ao subir no púlpito parlamentar, aborda temas que não foram apresentados para discussão entre os demais membros. Esses parlamentares apresentam projetos de leis, sem a preocupação de aprová-los. O que almejam é estar sempre presentes na plenária legislativa o que lhes possibilita visibilidade pública. Dessa forma, o capital religioso dos vereadores evangélicos transforma-se em capital político.

Os vereadores A, B, C e D acreditavam que, com a entrada do vereador João Luiz (PRB), mandato de 2017-2020, o cenário político se tornaria atuante, sobretudo com referência à formalização de uma Frente Parlamentar Evangélica. E em maio de 2017, por unanimidade, entre os 41 vereadores da Câmara Municipal de Manaus (CMM), foi promulgada a Frente Parlamentar em Defesa da Vida e dos Valores Cristãos (Fepacri-Manaus), de autoria do vereador João Luiz (PRB).

A Fepacri-Manaus tem como objetivo fiscalizar programas e políticas governamentais destinadas à proteção e garantia dos direitos da família, bem como promover o diálogo inter-religioso, a paz entre as religiões e combater a intolerância religiosa. Poderá manter relações com os três poderes da Federação, Frentes Parlamentares Evangélicas distribuídas pelo país e entidades não governamentais que apresentem afinidade com suas discussões. As reuniões da Fepacri-Manaus são abertas à sociedade e ocorrerão, periodicamente, em datas e locais estabelecidos pela sua diretoria executiva ou a pedido de qualquer um de seus membros. Fazem parte dessa Frente Parlamentar quatorze vereadores evangélicos, sendo cinco desses do mandato de 2013-2016, que participaram das propostas de Projetos de Resolução das Frentes Parlamentares Evangélicas de 2013 e 2015.

O vereador João Luiz (PRB) nasceu no estado do Rio de Janeiro, tem o ensino médio, é pastor há sete anos em Manaus, congrega na Igreja Universal do Reino de Deus. Antes da carreira pública, desempenhou trabalhos sociais para adolescentes nos bairros periféricos de Manaus. Acredita-se que a sua coligação ao Partido Republicano Brasileiro (PRB), assim como a veiculação religiosa à Igreja Universal, contribuiu para a aprovação do Projeto de Lei para a formalização da Frente Parlamentar Evangélica.

Os parlamentares A, B, C e D salientam nas falas que, nos templos, bispos e pastores ensinam aos fiéis como votar nos candidatos da igreja. A instituição religiosa apresenta-os por

bairros, cidades ou regiões e eles devem ser apoiados, distintamente, pelos diferentes templos locais, de modo que é possível saber antecipadamente o número aproximado de votos de cada um deles.

Os vereadores A, B, C e D acentuaram que o compromisso com a participação em uma Frente Parlamentar não impediria a adesão, simultaneamente, a outras. No entanto, é importante considerar que a adesão a uma Frente Parlamentar automaticamente invalida sua participação em outra, caso esta última contrarie os valores e temáticas defendidos pela primeira, por uma questão de coerência.

Outro interesse observado diante das falas dos vereadores evangélicos A, B, C e D é a formalização da Frente Evangélica, para utilizar o espaço físico da Câmara, desde que as atividades desenvolvidas não interfiram, negativamente, no seguimento de demais trabalhos da Casa Legislativa. Nos anos de 2015 e 2016, percebe-se que as homenagens, projetos de leis e eventos internos estavam ligados aos benefícios que os parlamentares "evangélicos" adquirem para suas igrejas, como a isenção fiscal, divulgação de pregações, reconhecimento evangélico, principalmente daquelas dominações ainda não reconhecidas no campo religioso.

Verifica-se que os vereadores A, B, C e D são defensores de um conservadorismo religioso sustentado por rigidez moral. Eles consideram que as propostas de projetos de leis são favoráveis à visibilidade midiática que os ajuda a transformá-los em autoridades/referências religiosas. Martino (2016) refere que essa visibilidade pública possibilita a construção do capital político para a presença de líderes religiosos no cenário político.

Os vereadores A, B, C e D têm discurso sustentado pela moral cristã, ou seja, são contrários ao aborto e ao controle da natalidade e a favor do tratamento psicológico a homossexuais. Na visão desses parlamentares, a família está sob ameaça dos movimentos civis por direitos sexuais e enfrentamento da violência sexual. Os parlamentares mencionaram vinte Projetos de Leis, criados por seis vereadores da Frente Parlamentar Evangélica, na CMM, que se tornaram personagens com amplo trânsito no meio político e, para serem ouvidos, procuraram obter visibilidade pública, a partir do vínculo de suas práticas de trabalho de conteúdo religioso, para utilizarem, principalmente, em plenária.

Para os vereadores A, B, C e D, a presença da religião na esfera pública não contraria

o Estado Laico[21]. Para Cunha (2015), a presença das religiões na esfera pública não pode ser vista como ameaça à democracia nem ao Estado Laico. A autora destaca que a democracia reflete a dinâmica sociocultural brasileira e se configura como uma forma de resposta às demandas da contemporaneidade, isto é, não é mais possível ignorar o lugar das subjetividades, dos imaginários e das práticas coletivas decorrentes, entre elas as religiões. Ainda segundo Cunha, Estado Secular ou Estado Laico é aquele que não possui religião oficial, mantendo-se imparcial no que se refere aos temas religiosos. O Estado Laico, geralmente, favorece, por meio de leis e ações, a convivência pacífica entre os credos e religiões, contra o preconceito e a discriminação religiosa, como forma de reação a questões tão diversas e plurais. Sobre esse contexto, muitos líderes evangélicos se imaginam com poder político e eleitoral e falam em nome do segmento.

No entanto, Cunha (2015) salienta que é necessário considerar a diversidade do grupo religioso. Existe um expressivo número de fiéis de vinculação não determinada e um significativo trânsito entre denominações, desse modo o voto evangélico pode não ser resultado de uma obediência automática a líderes religiosos.

Sobre a repercussão na mídia, os vereadores A, B, C e D acreditam que os veículos de comunicação não estabelecem um espaço para a discussão das temáticas com aprofundamento na discussão. Geralmente as pautas, segundo eles, são "cópias" dos *releases* institucionais da Câmara Municipal. As matérias jornalísticas não possuem um estudo mais amplo sobre o impacto (positivo ou negativo), que o projeto vai proporcionar à sociedade amazonense. Logo, sobressai a atuação dos parlamentares evangélicos na defesa dos valores da família, da moral cristã, desfigurando a plataforma dos movimentos homossexuais, dos grupos de direitos humanos e feministas.

O forte tradicionalismo moral, que sustenta as propostas de ações apresentados pelos políticos "evangélicos", tem marcado a atuação da suposta Frente Parlamentar Evangélica da CMM. É da natureza desses grupos religiosos cristãos reagirem a qualquer avanço em que esteja o patriarcalismo e a moral sexual tradicional em discussão, por isso eles demonstram interesse em participar do debate público referente às leis relacionadas à família, ao casamento, à sexualidade.

---

[21] Estado Secular ou Estado Laico é aquele que não possui religião oficial, mantendo-se imparcial no que se refere aos temas religiosos. O Estado Laico, geralmente, favorece por meio de leis e ações, a convivência pacífica entre os credos e religiões, contra o preconceito e a discriminação religiosa.

O uso dos termos “Bancada Evangélica” e “Frente Evangélica” causa dúvida, principalmente quando veiculado aos veículos de comunicação. Nesse contexto, observou-se que, em trinta matérias selecionadas para este estudo, no período de 2015-2016, a expressão “Frente Parlamentar Evangélica” apareceu treze vezes e “Bancada Evangélica”, dezessete vezes. Faz-se necessário salientar que o termo “Bancada” é utilizado na CMM, quando grupos de políticos (de diferentes partidos ou não) se unem, informalmente, em torno de uma causa. E “Frente Parlamentar” são grupos formados por diferentes partidos políticos, que lutam também por uma causa em comum. Entretanto, para a criação de uma “Frente Parlamentar”, é necessário um Projeto de Resolução aprovado no âmbito do Legislativo, válido apenas durante o mandato. Assim, nas matérias jornalísticas divulgadas no *site* da Câmara Municipal de Manaus, percebe-se o uso do termo “Bancada” para as ações direcionadas aos vereadores evangélicos dos mandatos legislativos de 2013 a 2016, já que as propostas de formalização das Frentes Evangélicas de 2013 e 2015 não foram aprovadas.

A mídia, seja local ou nacional, utiliza-se dos termos como sinônimos. Os autores Baptista (2007) e Duarte (2013), abordados nesta pesquisa, referem-se ao uso do termo “Bancada” aos partidos e às coligações, que têm uma liderança efetiva, que representa seus membros, e “Frentes Parlamentares”, aos parlamentares de partidos distintos, mas que têm interesses em comum, como é o caso da Frente Parlamentar Evangélica, em Manaus, independentemente de estarem formalizados ou não no interior do espaço legislativo.

Percebe-se que o uso dos termos encaminha “à incerteza, à incapacidade de ter certeza de tudo, de formular uma lei, de conceber uma ordem absoluta” (MORIN, 2008, p. 68). Dentro dessa complexidade de definição, observa-se que os parlamentares evangélicos não representam um bloco político, voto ou representante evangélico, conforme já destacado nos estudos de Cunha (2015) e Dantas (2011). Esses parlamentares definem-se diante do espaço político como um grupo de representatividade, repercussão religiosa e midiática, estão em evidência desde a redemocratização do país, em 1986, quando a religião se expandiu dos templos até o espaço público.

Verifica-se que os vereadores A, B, C e D se posicionam como integrantes de uma suposta Frente Parlamentar, mesmo conhecendo que, para uso do termo “Frente Parlamentar”, é necessário formalização no Legislativo por meio de Projeto de Resolução. Percebe-se que, para esses parlamentares, a formalização é apenas burocrática. Para esses vereadores, nos veículos de comunicação, o uso do termo “Frente Parlamentar Evangélica” dimensiona-os a

uma maior visibilidade no espaço público, principalmente quando um projeto de lei faz referência à suposta Frente Parlamentar Evangélica da CMM.

3.5 Processos comunicacionais da suposta Frente Parlamentar Evangélica

A comunicação comunicada "contempla aquilo que, de alguma forma, a organização, como força em interação com outros sujeitos (poder público, comunidade, imprensa, consumidores, empregados e acionistas, dentre outros) considera relevante sobre si mesma" (BALDISSERA, 2010, p. 205).

Nesse sentido, percebe-se, por meio das entrevistas concedidas pelos vereadores A, B, C e D, que a suposta Frente Parlamentar Evangélica, na CMM, utiliza-se do poder simbólico, conceituado por Bourdieu (1989) como uma ferramenta "irreconhecível e legitimada" de conquista do espaço público. Presente no campo, na relação entre os que dominam e os que são dominados, o poder simbólico concretiza-se, à medida que o sujeito ou organização é reconhecido pelos outros indivíduos como retentor de tal capital simbólico, autorizado a manifestar-se sobre certo assunto e/ou a agir de determinado modo. Por isso, a maneira como os vereadores evangélicos se posicionam no campo político da Câmara Municipal de Manaus tendem a ser aceitos.

Os parlamentares evangélicos buscam visibilidade e notoriedade não só na Casa Legislativa como também na sociedade, mediante suas atuações no espaço político por meio da mídia. Os conteúdos gerados por esses vereadores evangélicos para o site da CMM e imprensa, como também o discurso em plenária, constituem características da organização *comunicada*, que são "processos formais e, até, disciplinadores, da fala autorizada; aquilo que a organização seleciona de sua identidade e por meio de processos comunicacionais (estratégicos ou não)" (BALDISSERA, 2009, p.118).

Mesmo com a informalidade dos Projetos n. 09/2013 e n. 07/2015, que visavam à institucionalização legal de uma Frente Parlamentar Evangélica na CMM, os parlamentares evangélicos posicionam-se na sociedade, por meio de seus discursos políticos em plenária, como uma Frente Parlamentar consolidada na Casa Legislativa. Contudo, sua notoriedade é prejudicada. Apesar do empenho para alcançarem espaço nos meios de comunicação, essa Frente, devido a essa falta de formalização interna, deixou de garantir o direito de atuar nos processos burocráticos e políticos da CMM, e, consequentemente, resultou na ausência de reconhecimento político pelos demais parlamentares.

A dimensão da midiatização na perspectiva deste estudo levou em consideração atores religiosos que adaptaram algumas de suas práticas às demandas organizacionais e a linguagens próprias da política para a repercussão de projetos de leis. Ou seja, a midiatização comtempla ações de comunicação realizadas pelos vereadores evangélicos da suposta Frente Parlamentar Evangélica, para divulgação na imprensa local. Nesse contexto, a dimensão da comunicação comunicada (BALDISSERA, 2009) é percebida. Parlamentares evangélicos procuram visibilidade da sua participação no plenário legislativo, por meio de práticas religiosas concebidas no ambiente das igrejas que congregam.

Na plenária da Câmara Municipal, os vereadores evangélicos apresentam seus projetos de leis aos demais parlamentares e, consequentemente, à sociedade, por meio do *release* publicado no *site* da Câmara Municipal e nos jornais locais. Essas propostas tornam-se pautas internas, os textos jornalísticos são elaborados pela Diretoria de Comunicação ou pela Assessoria de Comunicação dos vereadores. Depois seguem como *release* aos veículos de comunicação de massa de Manaus.

Verificou-se que, entre os anos de 2015-2016, foram elaborados vinte projetos de leis pela Frente Parlamentar Evangélica com conteúdo religioso, treze foram mais discutidos na plenária da Casa Legislativa e receberam destaque no *site* da CMM, com treze matérias jornalísticas que serviram como sugestão para a imprensa local. Desse total de sugestões, Acrítica publicou sete matérias; Em Tempo, seis; Diário do Amazonas, seis e Jornal do Commercio, três. Algumas dessas matérias jornalísticas do *site* não foram apresentadas no estudo, devido a veicularem no título o nome dos entrevistados A, B, C e D, desfavorecendo, assim, a proposta de sigilo desses parlamentares.

Durante as entrevistas dos vereadores A, B, C e D, foram apresentados, por meio de documento físico, treze projetos dos anos de 2015-2016 que ocasionaram discussões em plenária e se transformaram em materiais jornalísticos por intermédio da Diretoria de Comunicação da Câmara Municipal de Manaus e veículos de comunicação de massa de Manaus. Durante as entrevistas, as propostas de leis foram lidas e explicadas pelos seus autores. O vereador **A** apresentou sete propostas de leis; o vereador **B,** uma; o vereador **C,** quatro e o vereador **D,** uma. As propostas de projetos de leis (2015-2016) referentes aos parlamentares A, B, C e D seguem em ordem cronológica:

Lei n. 057/2015 ou “Círculos de Oração”, que tem como objetivo reconhecer os trabalhos desenvolvidos pelas igrejas de Manaus, bem como atuar como plataforma de apoio

das igrejas com oração e ajuda espiritual. Segundo o vereador **A**, autor da proposta, o "Círculo de Oração" também atua em outras atividades para o "Reino de Deus", como aconselhamentos; visitas aos hospitais e lares de enfermos; doações de bíblias; auxílio na área social com arrecadação e distribuição de roupas e alimentos, etc. Criado simultaneamente a este, há o Projeto de Lei n. 075/2015, do vereador **A,** que institui a "assistência religiosa" ou "Capelania" na Guarda Civil Metropolitana de Manaus, auxiliando e orientando os respectivos integrantes, servidores que desempenham tarefas na corporação e seus familiares".

O vereador **C** instituiu a Lei n. 104/ 2015 no calendário oficial de Manaus, para comemorar o "Dia do Capelão Evangélico Civil e Militar". Nessa data, os órgãos promoverão reuniões religiosas, palestras, seminários e atividades comemorativas da data, que deverão ser extensivas ao público e à sociedade. Na mesma ocasião, o vereador **C** apresentou em plenária o Projeto de Lei n. 107/2015, que inclui no calendário oficial de Manaus o "Dia da Mulher Cristã". Em discurso na plenária, o parlamentar salientou que "a União Feminina Missionária Batista do Brasil comemora como sendo o dia das mulheres batistas. Sendo uma data significativa, em virtude de a 'mulher evangélica' ser destaque na educação cristã".

Observa-se que o projeto mais discutido na plenária legislativa, durante o ano de 2015, refere-se ao Projeto de Lei n. 121/2015, que dispõe sobre a utilização dos terminais de ônibus públicos para apresentação de palestras, pregações e manifestações religiosas em Manaus. Na tribuna da CMM, o vereador **A** destacou que levou em consideração, para a formulação da lei, a solicitação de pastores e líderes religiosos. Esse projeto foi o que recebeu mais críticas negativas durante o ano de 2017. O Jornal Acrítica *Online* divulgou três matérias sobre o assunto, sendo que a matéria "Polêmica: pregação religiosa em terminais de Manaus vira debate entre internautas", divulgada em 13 de maio de 2015, registrou mais de mil comentários críticos sobre a proposta, com 300 compartilhamentos. (**Figura 5)**

Figura 5: Projeto de Lei libera pregações nos terminais de ônibus em Manaus

COTIDIANO

NOTÍCIAS

Polêmica: pregação religiosa em terminais de Manaus vira debate entre internautas

Maioria se diz contra a proposta, de autoria da vereadora Pastora Luciana, defende o Estado laico e igualdade de direitos entre as religiões. Incômodo por conta das 'gritarias' e altos volumes também são tratados nas discussões

13/05/2015 às 21:33

acritica PLAY

Cansados dos roubos, empresários do Vieiralves criam rede própria de

Fonte: Acrítica Online, Portal G1/Amazonas, 13-5-2015[22]

O Projeto de Lei n. 144/ 2015 institui a terceira semana do mês de maio como "A Semana da Liberdade Religiosa". O projeto tem como objetivo promover anualmente o desenvolvimento de atividades, campanhas e projetos de incentivo à liberdade religiosa. O vereador **C** justifica a proposta, com base na Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789), que consagra a Liberdade Religiosa como direito natural, inalienável, sagrado e irrenunciável.

Para coibir o "preconceito e atitudes discriminatórias" contra o credo, fé, evangelho, vocabulário e peculiaridades inerentes à religião cristã (terço, crucifixo, imagens e outros), o vereador **A** protocolou o Projeto de Lei n. 177/2015, denominado "PL da Cristofobia". Segundo o parlamentar, a iniciativa da criação do Projeto de Lei originou-se do fato ocorrido na Parada Gay de 2015, em São Paulo, quando diversos manifestantes fantasiados de Jesus Cristo pregavam a igualdade de gênero (**Figuras 6A e 6B**).

[22]Disponível em: https://www.acritica.com/channels/cotidiano/news/polemica-pregacao-religiosa-em-terminais-de-manaus-vira-debate-entre-internautas

Figura 6A: Projeto apresenta o crime de "Cristofobia"

O Projeto

De acordo com o PL da "Cristofobia", entendem-se como atitudes discriminatórias em face da religião cristã, palavras e práticas agressivas contra a figura de Jesus Cristo, ameaças, estereótipos pejorativos, induzir ou incitar a discriminação contra a Bíblia Sagrada.

"A intolerância religiosa é um conjunto de ideologias e atitudes ofensivas a crenças e práticas religiosas. É um crime de ódio que fere a liberdade e a dignidade humana. O agressor costuma usar palavras agressivas ao se referir ao grupo religioso atacando seus hábitos religiosos. Há casos em que o agressor desmoraliza símbolos religiosos, destruindo imagens e verbalizando palavras de baixo calão. Em situações extremas, a intolerância religiosa pode incluir violência física e se tornar uma perseguição", enfatizou.

A multa

As infrações para quem for condenado por crime de "Cristofobia", são calculadas em Unidade Fiscal do Município de Manaus (UFM), onde atualmente cada UFM equivale R$74,59 (Setenta e quatro Reais e cinqüenta e nove centavos).

Poderão ser multadas tanto as pessoas de ordem física ou jurídica e as multas podem variar de 20 (UFMs) se pessoa física, o mesmo que R$ 1. 491,8 (Hum mil quatrocentos e noventa e um Reais e oito centavos) e se pessoa jurídica a multa será de 50 (UFMs), o equivalente a R$ 3.729,5 (Três mil setecentos e vinte e nove Reais e cinco centavos).

A fiscalização dos dispositivos desta Lei e a aplicação das multas decorrentes de sua infração ficarão a cargo dos órgãos competentes da administração pública.

*Com informações da assessoria de comunicação.

Fonte: Jornal Acrítica Online, 10-6-2015[23]

[23] Disponível em: http://www.acritica.com/channels/manaus/news/pl-da-cristofobia-e-protocolada-pela-vereadora-pastora-luciana-na-camara-municipal-de-manaus

Figura 6B: Projeto contra a Parada Gay

MENU G1 AMAZONAS

Manifestação contra a homofobia na 19ª Parada do Orgulho LGBT em São Paulo (Foto: (Foto: Reuters/Joao Castellano))

"O que aconteceu em São Paulo foi algo tão berrante, tão horrível, que nos fez ver a necessidade de ter um amparo, onde pessoas que nos afrontam ou destratam nossa fé ou aquilo que a gente acredita sejam punidas. Eu fiquei extremamente chocada com o que aconteceu", disse.

Há três meses no cargo de vereadora - ela assumiu a vaga como suplente do agora deputado estadual Dr. Gomes (PSD) -, Luciana diz que o projeto é voltado aos cristãos, mas que também visa a "intolerância religiosa como um todo".

"O meu projeto é contra aquele que usa palavras agressivas ao se referir a grupos religiosos, atacando os hábitos religiosos. Tem caso que o agressor desmoraliza os símbolos, destruindo imagens. A intolerância religiosa pode virar violência física e se tornar até uma perseguição", comentou.

saiba mais

'Fomos humilhados', dizem amigos gays expulsos de bar, em Manaus

AM teve 17.330 casamentos civis no ano

A pastora afirmou ainda reconhecer que o Brasil é laico. "Nosso país é democrático, mas criticar não é o mesmo que tolerância. [Esse PL] É uma forma de trazer um respaldo para a família cristã e para a família em geral. O

Fonte: Portal G1/Amazonas, 11-6-2015[24]

O Projeto de Lei n. 248/2015, do vereador **C,** considera de utilidade pública a Sociedade Bíblica do Brasil (SBB), que é associação civil sem fins lucrativos, entidade beneficente de assistência social, de finalidade filantrópica, educativa, cultural e de saúde, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, sob o n. 33.579.376/0014-76, em Manaus.

O vereador **D** instituiu o "Dia do Ancião", por meio do Projeto de Lei n. 265/2015, que a Igreja Adventista do Sétimo Dia comemora no terceiro sábado de junho. O parlamentar afirma em plenária que "o ancião nas igrejas cristãs é um ministro religioso com experiência na palavra de Deus, cuja função voluntária varia de acordo com as diferentes denominações".

Para valorizar a família cristã, o vereador **A** instituiu como proposta de lei o "casamento comunitário coletivo" no calendário municipal. O Projeto de Lei n. 279/2015, para o parlamentar, valoriza "a existência da família para a construção de uma sociedade estruturada, saudável e equilibrada". Esse Projeto de Lei tem como objetivo a proteção à família e à inclusão social, por meio da regularização do estado civil entre homens e mulheres.

[24] Disponível em: http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2015/06/vereadora-de-manaus-apresenta-projeto-de-lei-contra-cristofobia.html

Para a isenção do pagamento de taxa de iluminação pública para as igrejas e templos religiosos, sejam alugados ou próprios, em Manaus, o vereador **A** criou o Projeto de Lei n. 297/2015. A fundamentação do projeto estabelece que as igrejas atuem nos espaços em que o poder público tem presença "discreta ou nenhuma", ou seja, a social. Segundo o parlamentar, o projeto é "louvável" e "digno", pois criará mecanismos para facilitar o trabalho das instituições (social, psicológico, espiritual e familiar), que possibilita uma sociedade mais "igualitária e justa". (**Figura 7**)

Figura 7: Projeto de Lei sobre isenção de pagamento sobre taxa de iluminação

Fonte: Acrítica Online, publicada em 15-9-2015[25]

O "Dia Municipal do Missionário" refere-se ao Projeto de Lei n. 070/2015, do vereador **A**, que presta homenagem aos que contribuem com ajuda humanitária e espiritual, em busca de uma realização maior, que transcende a compreensão natural, levando principalmente a palavra de Deus aos que a solicitam.

O vereador **C,** por meio do Projeto de Lei n. 043/2016, declara a música gospel como patrimônio cultural imaterial de Manaus. A justificativa é a referência à música gospel produzida para expressar a crença cristã, individual ou comunitária. O parlamentar salienta que "esse estilo musical é escrito e executado por diversos motivos, desde o prazer estético, como religioso ou cerimonial, ou ainda como produto de entretenimento para o mercado comercial".

[25] Disponível em: https://www.acritica.com/channels/manaus/news/projeto-de-lei-quer-isencao-no-pagamento-de-taxa-de-iluminacao-publica-nos-templos-de-manaus

E a última proposta dos vereadores do mandato de 2013-2016, instituída pelo vereador **B,** por meio do Projeto de Lei n.117/2016, determina a reiteração automática da imunidade do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) às organizações religiosas que possuam imóvel próprio, comprovado com escritura e registro do imóvel. O parlamentar salienta em plenária que se vive em uma época em que a informática "minimiza o tempo e desburocratiza a antiquada quantidade de papel anteriormente utilizada nas instituições". Dessa maneira, para o vereador, haverá menos custos para o município, fazendo esse procedimento de renovação de imunidade anual do IPTU, por meio do sistema.

É necessário entender que não é a cobertura jornalística que define o processo de midiatização nos projetos de leis apresentados, porém a quantidade de propostas de leis para aparecer na mídia, dando menção ao parlamentar. O que é necessário nesse processo não é o projeto ser aprovado, mas conhecer quem é o parlamentar da proposta, qual a denominação religiosa a que está veiculado.

Marques e Martino (2015) salientam que a visibilidade pública desses parlamentares dá oportunidade de apresentar ideias, valores e práticas religiosas no espaço público e, consequentemente, de angariar novos fiéis, além de aumentar sua possibilidade de atuar no espaço político com maior ênfase, já que, em algum momento, as propostas de leis se tornarão ações políticas implementadas.

3.6 Religião no espaço político

A presença da religião no espaço legislativo (vereadores, deputados estaduais e federais e senadores) possibilita mais à frente a candidatura desses parlamentares em eleições majoritárias (presidente, governador e prefeito). Observa-se esse empenho de demarcação no espaço público político desde a década de 90, segundo Miranda (1999), em que candidatos em eleições firmaram aliança com instituições religiosas para apoio eleitoral.

Figueiredo Filho (2005) e Baptista (2009) esclarecem que vereador vinculado a um grupo religioso, para se eleger, precisa, necessariamente, do apoio desse grupo. Por isso, a necessidade de esses parlamentares serem também lideranças religiosas. Se forem veiculados ao ambiente midiático, melhor ainda, pois é um critério necessário para o sucesso no campo político (VAN ZOONEN, apud MARTINO, 2016, p.107). Entretanto, essa discussão entra apenas na dimensão da visibilidade pública desses vereadores evangélicos, não se pode definir o aumento considerado de eleitores evangélicos, tampouco se isso seria suficiente para definir

o sucesso da (re)eleição desse parlamentar.

Durante os anos de 2015 e 2016, percebe-se que as homenagens, projetos de leis ou eventos internos sempre estavam ligados aos benefícios que os parlamentares evangélicos conseguem para suas igrejas, como a isenção fiscal, divulgação de pregações, reconhecimento evangélico, principalmente daquelas dominações ainda não reconhecidas no campo religioso. Dessa maneira, é estigmatizada a sensação súbita de poder simbólico na Casa legislativa, além da visibilidade midiática. (**Figura 8**).

Figura 8: Benefícios rápidos para instalação de igrejas

Fonte: Câmara Municipal de Manaus, publicação em 16-12-2013[26]

Martino (2016, p.82) salienta que "a visibilidade pública das instituições religiosas, obtidas a partir do uso das mídias, pode significar um aumento na sua força política". Logo, a visibilidade da religião no espaço político está cada vez mais associada ao uso dos meios de comunicações pelas igrejas e religiosos em cargos públicos presentes, principalmente nos espaços legislativos do Congresso Nacional, incluindo os Legislativos estaduais e municipais distribuídos pelo país. Essa presença midiática dos parlamentares evangélicos auxilia não apenas a divulgar os valores e crenças no espaço público, mas também a converter essa presença, eventualmente, em tomada de decisões políticas, entrelaçando, conforme definido por Birman (apud, MARTINO, 2016, p.95), uma relação entre mídia, visibilidade social e valores políticos. (**Figura 9**)

[26] Disponível em: http://www.cmm.am.gov.br/cmm-aprova-emenda-ao-plano-diretor-que-desburocratiza-instalacao-de-organizacoes-religiosas-em-manaus-com-ate-400-metros-quadrados

Figura 9: Representatividade da Frente Evangélica

Fundado em 2 de janeiro de 1904

Jornal do Commercio

VEJA OS CADERNOS ACERVO DIGITAL PONTO DE PARTIDA ECONOMIA

Manaus, 29 de Novembro de 2017

Ponto de Partida

Políticos cristãos marcam território

Por: Jornal do Commercio
30 Jun 2015, 16h27

Frente parlamentar evangélica participa de conferência para afinar discurso pró-família

Membros das bancadas cristãs na Câmara e no Senado Federal, lideranças políticas e religiosas do Amazonas e fiéis cristãos de diversas denominações participaram ontem (29) em Manaus da Primeira Conferência de Liderança Cristã com o tema "O Brasil que queremos", realizado no Centro de Convenções do Amazonas Vasco Vasques. O evento, organizado pela Omeam (Ordem dos Ministros Evangélicos do Amazonas) teve como objetivo promover discussões sobre temas como a situação político-econômica brasileira, a atuação dos cristãos como agentes

Fonte: Jornal do Commercio, 30-6-2015 [27]

Observa-se que essa busca pela notoriedade política da religião, por meio dos parlamentares evangélicos, principalmente no Poder Legislativo, pode ser relacionada ao estudo sobre campo de Bourdieu (1989). Em cada espaço, existe a presença dos "dominantes", na CMM, são os vereadores com maior tempo de mandato legislativo, que têm história política, influência, prestígio, eleitos com respeitável número de votos, que já possuem adeptos ao seu discurso, que, muitas vezes, não relacionam sua atuação legislativa à religião que congregam.

Nesse momento, o espaço político traduz-se no local de poder, já que os vereadores dominantes, que estão na posição satisfatória, atuarão de maneira a conservar as relações políticas do campo e se empenharão para mantê-la. Nesse sentido, no momento em que os novos vereadores entram no campo, especificamente vereadores eleitos por meio dos votos da denominação religiosa, é necessário, para granjear espaço político, utilizar meios para disputá-los com aqueles que já fazem parte desse espaço. Assim, a midiatização da religião possibilita às denominações religiosas atuação no campo político (MARTELLI, S.; CAPELLO, G., apud MARTINO, 2016, p.101), por meio da sua visibilidade midiática, como ainda as articulações com indivíduos e comunidades que a integram.

[27] Disponível em: http://www.jcam.com.br/noticia-livre-detalhe

Verifica-se que a busca pela criação da Frente Parlamentar Evangélica também é um espaço de sobrevivência dentro do campo político. E, para isso, os vereadores "evangélicos" utilizam-se das suas "disposições adquiridas", isto é, o *habitus*, que está na vida cotidiana das pessoas e é alimentado pelo meio social e pelas interações entre os indivíduos (BOURDIEU, 1989). (**Figura 10**)

Figura 10: A representação política da Frente Parlamentar Evangélica

Vereadores de Manaus se dedicam mais à religião do que à cidade

por **Geraldo Farias**
para D24an

Vereadores ignoram o Estado laico e usam a religião para criar projetos de leis na Câmara Municipal de Manaus (CMM). De fevereiro ao dia 15 deste mês, nove projetos 'religiosos' foram apresentados à

Fonte: Diário do Amazonas Online, sem registro de data[28]

As estratégias do jogo, na CMM, pela Frente Parlamentar Evangélica estão inseridas no discurso político e nas ações pelos vereadores "evangélicos" iniciantes no espaço público, que apresentarem, por meio de Projeto de Lei**,** Projeto de Resolução, Decreto Legislativo**,** Emendas, Requerimento, Moções**,** Indicação**,** etc. sua atuação no Legislativo. A intenção é causarem discussão, é estarem inseridos nas pautas da plenária legislativa para gerarem mídia em suas discussões que envolvam temas cotidianos com o religioso. Logo, a midiatização das instituições religiosas, conforme observado por Martino (2016), permitiu à religião manter uma posição importante nas discussões de assuntos públicos. Assim, segundo Lee Marsden (apud MARTINO, 2016, p. 103), as relações entre política e religião pautam-se pela visibilidade midiática das instituições religiosas, devida, essencialmente, à atuação de lideranças religiosas nos espaços midiáticos.

Esse conjunto de ações e reações incorporadas pelos vereadores evangélicos, a partir da vivência na religião, é alterado sempre que o indivíduo transite em outros campos, para

[28] Disponível em: http://www.paulopes.com.br/2015/05/vereadores-de-manaus-se-dedicam-mais-a-religiao-do-que-a-cidade

participar das disputas em campo diferenciado como o político. Desse modo, cabe aos vereadores evangélicos a tarefa de criar e sustentar esse espaço de disputa, a partir de suas ações e das relações objetivas mantidas entre eles, que acabam por determinar o que podem ou não fazer nas tomadas de decisão. Assim, é necessária, para a permanência no espaço político, a criação de Frentes Parlamentares de cunho religioso pelos vereadores evangélicos. Dessa maneira, a disputa na CMM, com a presença da Frente Parlamentar Evangélica, é de produção simbólica.

Nesse contexto, a produção simbólica busca notoriedade e representatividade para diferenciá-los dos outros parlamentares e de permanência política nos próximos pleitos legislativos. Esse fato pode ser presenciado durante a busca pela formalidade das Frentes Parlamentares Evangélicas de 2013 e 2015.

A formalização da Frente Parlamentar Evangélica, em 2017, é registrada depois de mais de uma década de formalização da Frente Parlamentar Evangélica (FPE) do Congresso Nacional em 2003. Contudo, em 2015 e 2016, Propostas de Resolução já contemplavam os objetivos do estatuto da Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional, como a fiscalização e acompanhamento dos programas e das políticas governamentais voltados à proteção da família.

Logo, é no campo político que se manifestam diretamente as singularidades do procedimento de conversão do capital religioso em capital político, por meio da reiteração constante dos problemas do país, atribuídos exclusivamente ao governo, e a solução potencial representada pelos políticos evangélicos, usando mais o “prestígio insuperável” do discurso bíblico no contexto institucional do que propriamente seu sentido (MARTINO, 2016). Esses parlamentares evangélicos são ainda agentes religiosos que querem conquistar uma maior influência nas decisões políticas. “Isso significa que cada instituição [religiosa] vai desenvolver métodos próprios para conseguir isso antes de suas concorrentes” (MARTINO, 2016, p. 49).

3.6.1 A complexidade entre comunicação, religião e política

A partir das falas dos vereadores evangélicos, percebeu-se a importância do apoio da Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional à criação de Frentes Parlamentares Evangélicas pelo país. A Frente Parlamentar do Congresso Nacional busca atuar na fiscalização de programas e políticas governamentais voltados ao indivíduo e à família brasileira.

"Nenhum projeto de lei sobre aborto, direitos civis de homossexuais ou outra questão de cunho moral passa no Congresso, pois eles estão muito fortes, não numericamente, mas enquanto força política" (TREVISAN, 2013, p. 38). Esse discurso recebe força no país por meio do Legislativo, por isso a necessidade do deslocamento da Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional para outros estados e municípios do país. Em 2015, ocorreu a "1.ª Conferência de Liderança Cristã" em Manaus, promovida pela Ordem dos Ministros Evangélicos do Amazonas (Omeam), que percebeu a efervescente atuação dos vereadores evangélicos na Câmara Municipal de Manaus.

A conferência reuniu, além do ex-presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), os senadores Marcelo Crivella (PRB-RJ) e Magno Malta (PR-ES), ambos se autodenominam "defensores da vida e da família". Também estiveram no evento os deputados federais João Campos (PSDB-GO), autor do extinto projeto de lei denominado, popularmente, de Cura Gay[29], o presidente da Comissão do Projeto de Lei do Estatuto da Família, Sóstenes Cavalcante (PSD-RJ), e o titular da CCJ da Câmara, Marcos Rogério (PDT-RO).[30]

---

[29] O projeto Cura Gay, também conhecido como Terapia da Reorientação Sexual, Terapia de Conversão ou Terapia Reparativa, consiste no conjunto de técnicas que tem o objetivo de extinguir a homossexualidade de um indivíduo. Essas técnicas incluem métodos psicanalíticos, cognitivos e comportamentais. Além disso, são utilizados tratamentos de ordem clínica e religiosa. O assunto se tornou polêmico por se referir à orientação sexual como uma doença, já que a palavra "cura" implica a eliminação de um "mal". Entretanto, desde a década de 90, a Organização Mundial da Saúde (OMS) descartou qualquer possibilidade de que a orientação sexual dos indivíduos esteja relacionada a uma doença. Assim sendo, a OMS determinou que a homossexualidade pode ser definida como uma variação natural da sexualidade humana e não deve ser considerada como doença. Dessa maneira, em 1999, o Conselho Federal de Psicologia proibiu que seus profissionais fizessem parte de quaisquer tipos de terapias que tenham o objetivo de alterar a orientação sexual de qualquer pessoa. Seguindo o mesmo caminho, o Conselho Federal de Medicina também deixou claro que a homoafetividade deixou de ser vista como uma condição patológica pela classe médica há mais de 30 anos. O deputado federal, João Campos (PSDB/Goiás), foi quem protocolou na Câmara dos Deputados, em 2011, um Projeto de Decreto Legislativo (PDC) para suspender a resolução do Conselho Federal de Psicologia. O projeto foi aprovado em 18 de junho de 2013 pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados. Apenas 15 dias após o deferimento do PDC de sua autoria, o Deputado João Campos levou à Câmara um requerimento que pedia o cancelamento da tramitação de sua proposta.

[30] "Políticos da bancada cristã em Brasília participam de evento evangélico em Manaus". Site D24am, 26 de junho de 2015. Disponível em: <http://new.d24am.com/noticias/política/políticos-bancada-crista-brasilia-participam-evento-evangelico-manaus/136104>. Acessado em 30 de junho de 2015

A suposta Frente Parlamentar Evangélica da Câmara Municipal de Manaus integrava doze vereadores evangélicos em 2015, ou seja, 31,7% do total de parlamentares da Casa Legislativa. O número de evangélicos na capital amazonense, segundo o IBGE, Censo de 2010, registrou 35,19 % da população de Manaus, ou seja, 577,2 mil pessoas são evangélicas. [31] (**Figura 11**)

Figura 11 – Divulgação do apoio da Frente Evangélica do Congresso Nacional à Frente Evangélica da Câmara Municipal de Manaus

Fontes: Jornais Acrítica, Jornal do Commercio, Diário do Amazonas, Em Tempo (2013-2015)

[31] "Bancada evangélica alcança 31% de representação na CMM". Site Acritica.com, 02 de maio de 2015. Disponível em <http://www.acritica.com/channels/cotidiano/news/bancada-evangelica-alcanca-31-de-representacao-na-cmm>. Acessado em 10 de maio de 2015.

Neste contexto que mistura comunicação, religião e política, utiliza-se de Morin (1996) a fim de perceber e considerar as influências complexas recebidas no âmbito interno e externo, atuando de forma não individual e não isolada, integrando ações nas quais emergem novas faces que interagem nesses campos. Logo, por meio da complexidade, amplia-se o saber e o entendimento sobre os problemas essenciais que contextualiza, interliga, contribuindo para nossa capacidade de enfrentar a incerteza que envolve essa integração entre comunicação, religião e política no espaço social. Portanto, a complexidade é pensada não da forma como é usada no cotidiano, mas, sim, "[...] onde se produz um emaranhamento de ações, de interações e de retroações" (MORIN, 1996, p. 274).

Percebem-se alguns princípios que contribuem para o pensamento complexo neste estudo, como o dialógico (antagonismos e complementaridades; integração e desintegração constantes). Vê-se na Câmara Municipal de Manaus a busca pela formalização de uma Frente Parlamentar Evangélica, a da recursão organizacional (causa-efeito) em ações dos vereadores evangélicos que participavam da suposta Frente Parlamentar com a criação de propostas de leis de cunho religiosos e o hologramático (parte/todo/todo/parte) e que Frentes Parlamentares estaduais e municipais distribuídas pelo país são exemplos do que ocorre no centro da política brasileira, ou seja, no Congresso Nacional, onde as principais articulações de partidos são criadas e formuladas com base em propostas religiosas para a conservação da família por meio da moral crista.

Consequentemente, em virtude dessas atribulações da influência religiosa na política, apoiam a criação de projetos conservadores e criam uma problemática social. Causas como essas são caracterizadas por Morin (1996) como resultado de uma crise planetária que ele intitula de *policrise*. O autor define-a como uma crise agravada pelo sentimento de impotência perante o surgimento de novos problemas sociais, políticos, econômicos, religiosos. Dessa maneira, uma das possibilidades de refletir sobre essa questão é o papel desenvolvido pela educação.

Segundo o autor, refletir sobre a educação no contexto da complexidade é acreditar que ela deve ser um processo para contribuir com a formação do sujeito cidadão. Para isso, a autoformação deve estar atrelada à educação, de forma a ajudar na constituição desse sujeito complexo que é atravessado pelas múltiplas dimensões no âmbito político, econômico, cultural, mitológico, religioso, ambiental, enfim, pela biodiversidade dimensiona[18].

Uma reforma de pensamento exige a complexidade, o que pressupõe mudar o sistema de ensino desde a educação primária até a universitária, religando saberes, o que está disjunto. Tal reforma produzirá um pensamento do contexto e do complexo, ligando e enfrentando a incerteza.

Entretanto, essa religação dos saberes é atacada pela presença de religião conservadora no âmbito da política brasileira. Em dezembro de 2016, a CMM aprovou o Projeto de Lei n. 389/2015, de autoria do vereador Marcel Alexandre (PMDB), também membro da suposta Frente Parlamentar Evangélica. A lei proíbe a inclusão da 'Ideologia de Gênero' na grade curricular das escolas municipais. No último dia 3 de março de 2017, a Câmara promulgou a Lei n. 439, que entrou em vigor no dia 7, data da sua publicação.

> Art. 1.º Fica proibida a inserção na grade curricular das escolas do Município de Manaus a orientação política pedagógica aplicada à implantação e ao desenvolvimento de atividades pedagógicas que visem à reprodução do conceito de ideologia de gênero. Art. 2.º Considera-se, para efeito desta lei, como ideologia de gênero, a ideologia, segundo a qual, os dois sexos, masculino e feminino, são considerados construções culturais e sociais. Art. 3.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. (Projeto de Lei n. 389 /2015)

Marcel Alexandre, em entrevista ao site da CMM, em 9 de marco de 2017, na matéria Lei, de sua autoria, que proíbe ideologia de gênero nas escolas municipais, promulgada pela Câmara[32], justificou que o Congresso Nacional já havia retirado, em abril de 2015, o termo ideologia de gênero do Plano Nacional de Educação (PNE). Em Manaus, o termo também foi retirado, mas algumas escolas insistiram em realizar atividades pedagógicas, abordando o tema, justificando que estavam trabalhando a diversidade, o respeito e o preconceito.

Na matéria, o parlamentar declara que a escola é um espaço de formação, é responsável pela reprodução social no ensino dos conteúdos da grade curricular orientados pelos projetos político-pedagógicos, para alcançar o objetivo claro de formação de cidadãos autônomos, plurais e capazes de lidar com a diversidade. E cabe à família denunciar possíveis atividades relacionadas à ideologia de gênero que ocorram nas escolas.

No blog, o vereador Marcel Alexandre replica a matéria veiculada no site da Câmara Municipal de Manaus, lei de sua autoria, e inclui ao fim do texto a frase *Deus salve a Família! Deus salve Manaus! Deus salve o Brasil!*[33]

---

[32] Disponível em: http://www.cmm.am.gov.br/lei-de-autoria-do-vereador-marcel-alexandre-que-proibe-ideologia-de-genero-nas-escolas-municipais-e-promulgada-pela-camara/

[33] Disponível em: http://marcelalexandre.com/site/blog/2017/03/09/lei-de-autoria-do-vereador-marcel-alexandre-que-proibe-ideologia-de-genero-nas-escolas-municipais-e-promulgada-pela-camara/

Percebe-se que a política, quando misturada com religião, torna-se mais árdua e complexa dentro da perspectiva de desenvolvimento social que é estabelecido, a partir de discussões sobre a concepção de gênero, família ou direitos dos homossexuais. Diante disso, parte-se de um princípio de incompletude e incerteza diante de vários assuntos que se interligam em diversos campos independentes e complementares.

Logo, deve-se entender que o pensamento complexo aspira a um saber não fragmentado, não redutor, que reconhece que qualquer conhecimento está inacabado, incompleto e oferece a possibilidade de ser questionado, interrogado e reformulado. Portanto "as verdades denominadas profundas, mesmo contrárias umas às outras, na verdade são complementares, sem deixarem de ser contrárias" (MORIN, 2008, p.7).

CONSIDERAÇÕES

Procurou-se, por meio desta pesquisa, compreender as relações que permeiam entre os campos da comunicação, religião e política. Nesse contexto, o cenário político tem-se caracterizado pela expressiva criação de Frentes Parlamentares (ambientalista, ruralista, empresarial, etc.), que representam espaço institucional público e firmam suas propostas no âmbito do Legislativo pelo país. Na Câmara Municipal de Manaus (CMM), entre os anos de 2013 e 2015, buscou-se a formalização de uma Frente Parlamentar Evangélica (FPE).

Para entender os elos estabelecidos entre comunicação, religião e política nas tentativas de formalização de uma Frente Parlamentar Evangélica na Câmara, essenciais para sua institucionalização em 2017, foi necessário o aprendizado da complexidade para questionar, interrogar e reformular as articulações entre esses campos disciplinares que são desmembrados pelo pensamento disjuntivo, que fragmenta determinado conhecimento e oculta possíveis religações.

Verificou-se que, na CMM, veículos de comunicação e vereadores evangélicos têm maneiras distintas para o uso dos termos “Bancada Evangélica” e “Frente Parlamentar Evangélica”. Percebe-se que, devido à falta de aprovação para a formalização institucional das Propostas da Resolução n. 009/2013 e n. 007/2015, os vereadores evangélicos do mandato legislativo de 2013-2016 constituíram uma “Bancada Evangélica”, entretanto sabe-se que os parlamentares fazem referência ao uso de “Frente Parlamentar” pela visibilidade midiática provocada com o uso do termo.

As entrevistas dos vereadores evangélicos apresentaram o processo de comunicação utilizado pela suposta FPE, que promove novas formas de atuação dos políticos na CMM, tornando-se práticas estratégicas de reconhecimento em troca de ofertas discursivas midiáticas atreladas aos projetos de leis instituídos. Percebe-se que a vivência da religião por esses parlamentares, recolocada em forma de leis, é uma nova maneira de exercitar a religião sem estar atrelado ao templo.

Os conteúdos gerados por esses vereadores evangélicos para o site da CMM e imprensa bem como o discurso em plenária constituem características da organização *comunicada*, que são o que esses parlamentares selecionam de sua atuação no campo político,

por meio de processos comunicacionais estratégicos ou não.

Verificou-se que os campos comunicacional, religioso e político são autônomos, entretanto existe troca de experiências dos sujeitos que neles estão inseridos. Os parlamentares evangélicos estão interligados por essas três vertentes e formam, assim, uma teia complexa em que estabelecem suas próprias fronteiras e, ao mesmo tempo, definem os modos de visibilidade diante da sociedade e no espaço político.

Os parlamentares mencionaram vinte Projetos de Leis, criados por seis vereadores da Frente Parlamentar Evangélica, na CMM, que se tornaram personagens com amplo trânsito no meio político e, para serem ouvidos, procuraram obter visibilidade pública a partir do vínculo de suas práticas de trabalho de conteúdo religioso, para utilizarem, principalmente, em plenária. As matérias jornalísticas classificam-nos como "políticos polêmicos", por desenvolverem projetos que buscam a manutenção de valores religiosos.

A instituição religiosa apresenta seus candidatos por bairros, cidades ou regiões. Esses devem ser apoiados, distintamente, pelos diferentes templos locais, de modo que é possível saber antecipadamente o número aproximado de votos de cada um deles. São candidatos defensores de um conservadorismo religioso sustentado por rigidez moral. Eles consideram que as propostas de projetos de leis são favoráveis à visibilidade midiática que os ajuda a transformá-los em autoridades/referências religiosas.

As matérias jornalísticas não possuem um estudo mais amplo sobre o impacto (positivo ou negativo), que o projeto vai proporcionar à sociedade amazonense. Logo, sobressai a atuação dos parlamentares evangélicos na defesa dos valores da família e da moral cristã, desfigurando a plataforma dos movimentos homossexuais, dos grupos de direitos humanos e feministas.

Nesse contexto, a partir das propostas de leis dos vereadores evangélicos da CMM, por meio de processos de comunicação que estabelecem com a mídia, observa-se uma forte presença de grupos ligados às igrejas evangélicas. Somem-se a isso as articulações em torno das candidaturas políticas nascidas nos períodos eleitorais, que tentam influenciar os eleitores evangélicos a validar pelo voto a eleição de lideranças das igrejas evangélicas em geral.

Os vereadores evangélicos, ao subir no púlpito parlamentar, abordam temas alheios aos demais membros da suposta Frente Parlamentar Evangélica e, com isso, os méritos pelas matérias divulgadas são estritamente individuais – alienando a participação partidária e

religiosa que formam a base parlamentar do vereador –, prevalecem as pautas jornalísticas nos contextos local ou nacional.

Outro interesse desses parlamentares é a formalização da suposta Frente Evangélica para utilizar o espaço físico da CMM, desde que as atividades desenvolvidas nesse recinto não interfiram, prejudicialmente, nos demais trabalhos da Casa Legislativa.

Essa denominação religiosa liderou pautas nos veículos de comunicação sobre os temas ligados à preservação da família, às crenças e aos valores cristãos. Os políticos evangélicos menos conhecidos usam a estrutura de comunicação da Casa Legislativa como forma de utilização do espaço público para fins de grupos privados.

Durante os anos de 2015/2016, nota-se que a criação de Projetos de Leis realizados por esses parlamentares estavam relacionados aos "benefícios" que eles alcançam para igrejas que congregam, como a isenção fiscal. Em consequência, os vereadores legislam em prol de projetos pessoais, em detrimento da sociedade democrática e cidadã, isto é, eles promovem uma política privada no interior do espaço público.

As estratégias de disputa na CMM pela Frente Parlamentar Evangélica estão inseridas no discurso político e nas ações promovidas pelos vereadores "evangélicos", que buscam sua notoriedade e reconhecimento, por intermédio de abordagens religiosas propostas em Projeto de Lei, Projeto de Resolução, Decreto Legislativo, Moções, Indicação, etc. A intenção é que essas ações estejam presentes em pautas da plenária, na Casa Legislativa, para que sejam divulgadas pela mídia.

Observa-se que esses parlamentares evangélicos se utilizam da mesma prática usada pela instituição religiosa que se serve da mídia como dispositivo de divulgação que transforma práticas religiosas em estratégias de reconhecimento, principalmente no que concerne à resolução dos problemas de saúde ou financeiros, por exemplo.

Os candidatos que concorrem à eleição têm apoio das igrejas onde são conhecidos por sua presença midiática, o que oferece trânsito no espaço social em que concorrem. É uma vantagem em termos de reconhecimento por eleitores, prestígio diante do eleitorado religioso. Nota-se a prática e habilidade para se comunicarem, falarem, além da presença pública. Isso oferece benevolência às frentes parlamentares das Casas Legislativas, influenciadas por parlamentar que se projetou por meio do uso religioso.

Este trabalho possibilitou o conhecimento, ainda em construção, do funcionamento, estrutura e disputa no espaço público que as Frentes Parlamentares Evangélicas executam, não só quando permanecem na organização de partidos, grupos e coligações políticas, como também quando atuam na própria Câmara Municipal de Manaus, com o objetivo de realizar seus interesses de locupletar-se por meio do poder do Estado brasileiro.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, M. E. D. A. **Estudo de Caso em Pesquisa e avaliação educacional.** Brasília: Liber Livro Editora, 2005.

ALVARENGA, Clarisse Castro; LOMBARDI, Kátia Hallak. **Midiatização e mediação**: seus limites e potencialidades na fotografia e no cinema. Mediação & midiatização. Salvador: EDUFBA, p. 271-295, 2012.

BALDISSERA, Rudimar. A teoria da complexidade e novas perspectivas para os estudos de comunicação organizacional. In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling. (Org) **Comunicação Organizacional**: histórico, teoria e fundamentos. São Paulo: Saraiva, 2009a.

_____. Comunicação organizacional na perspectiva da complexidade. Organicom – **Revista Brasileira da Comunicação Organizacional e Relações Públicas**, São Paulo: Gestcorp-Eca-Usp, Abrapcorp, a. 6, edição especial, n. 10/11, p.115-120, 2009b.

_____. A complexidade dos processos comunicacionais e interação nas organizações. In:MARCHIORI, Marlene.(Org.) **Faces da Cultura e da Comunicação Organizacional**. 2. ed. Volume 2. São Caetano: Difusão Editora, 2010.

BAPTISTA, Saulo. **Cultura política brasileira, práticas pentecostais e neopentecostais: A presença da Assembleia de Deus e da Igreja Universal do Reino de Deus no Congresso Nacional (1999 - 2006).** Tese de Doutorado em Ciências da Religião, UMESP, São Bernardo do Campo, 2007.

_____. **Pentecostais e neopentecostais na política brasileira: um estudo sobre cultura política, Estado e atores coletivos religiosos no Brasil**. Annablume, 2009.

BARROS, Clóvis de Barros. **A sociologia de Pierre Bourdieu e o campo da comunicação: Uma proposta de investigação teórica sobre a obra de Pierre Bourdieu e suas ligações conceituais e metodológicas com o campo da comunicação**. Tese de doutorado, Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, 2003.

BARTOLI, Annie. **Comunicación y organización.** Barcelona: Paidós, 1991.

BERNARDES, Cyro. **Teoria geral da administração: a análise integrada das organizações**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1993.

BRAGA, José Luiz. Midiatização: a complexidade de um novo processo social. **Revista do Instituto Humanitas Unisinos, São Leopoldo**, v. 289, p. 9-12, 2009.

_____. Mediatização como processo interacional de referência. **Animus, Santa Maria (RS)**, v. 5, n. 2, p. 9-35, 2006.

_____. Circuitos versus campos sociais. **Mediação & Midiatização. Salvador: EDUFBA**, p. 31-52, 2012.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. 3ª ed. São Paulo, Perspectiva, 1992.

_____. & CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean Claude. 2ª ed. **Ofício de Sociólogo**. Petrópolis, Vozes, 2004.

CAMPOS, Leonildo. Evangélicos nas eleições de 2002 – os avanços da Igreja Universal do Reino de Deus. **Cadernos Adenauer, Eleições e Partidos**, ano IV, nº 1. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2003.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida**: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. Trad. de Newton Roberval Eichemberg. São Paulo: Editora Cultrix, 1996.

CENSO, IBGE. Disponível em:< http://www. Censo 2010. ibge. gov. br/>. Consultado em, 12 de março de 2016, v. 12, 2010.

CORADINI, Odaci Luiz. Frentes parlamentares, representação de interesses e alinhamentos políticos. **Revista de Sociologia e Política**, v. 18, n. 36, p. 241, 2010.

CUNHA, Magali do Nascimento. Evangélicos e as eleições 2014: primeiro balanço pós-5 de outubro. **Instituto Humanitas Unisinos**, v. 15, 2014.

_____. Magali do Nascimento. O "Caso Marco Feliciano" como paradigma para os estudos em mídia, religião e política no Brasil. 2015.

DANTAS, Bruna do Amaral. **Religião e política: ideologia e ação da "Bancada Evangélica" na Câmara Federal**. 2011. Tese de Doutorado. Tese de doutorado em Psicologia Social, PUC-SP, São Paulo.

DATAFOLHA, Opinião Pública. Religião: fatia de católicos é a menor em duas décadas, julho de 2013. **Caderno Especial.** Disponível em: Acesso em 20 de março de 2017, v. 22, 2013.

DESLAURIERS, J. P. Recherche qualitative: guide pratique, Montreal: McGraw-Hillo, 1991.

DRUCKER, Peter F. **Administração de Organizações sem fins lucrativos**: Princípios e práticas. 5ª edição, Ed. Pioneira, 1999.

DUARTE, Eduardo. Por uma epistemologia da comunicação. In: LOPES, Maria Immacolata Vasalo de (Org.). **Epistemologia da comunicação**. São Paulo, SP: Loyola 2003.

DUARTE, Tatiane. **A participação da Frente Parlamentar Evangélica no legislativo brasileiro: ação política e (in) vocação religiosa**. Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião, ano 14, n. 17, Porto Alegre, 2012.

ETZIONI, Amitai. **Organizações modernas.** 8 ed. São Paulo: Pioneira, 1989.

FAUSTO NETO, Antônio. Et al. **Midiatização e processos religiosos na América Latina.** São Paulo: Paulus, 2008.

_____. Fragmentos de uma "analítica" da midiatização. **Revista Matrizes**, v. 1, p. 89-105, 2007. Disponível em: <http://www.revistas.univerciencia. org/index.php/MATRIZes/article/view/5236/5260>. Acesso em: 10 ago. 2015.

FERNANDES, Sílvia. **A (re)construção da identidade religiosa inclui dupla ou tripla pertença**. Cadernos IHU em formação: A grande transformação no campo religioso brasileiro, UNISINOS – São Leopoldo (RS), ano VII, n. 43, 2012.

FERREIRA, Jairo; VIZER, Eduardo. **Midiatização: dispositivos, processos sociais e de comunicação**. São Leopoldo (RS), 2007.

FONSECA, Alexandre Brasil. A maior bancada evangélica. **Tempo e Presença**, v. 302, n. 20-23, 1998.

FONSECA, João José Saraiva. **Metodologia da Pesquisa Científica**. 2002.

FOLLMANN, José Ivo. **Trânsito religioso e o ‘‘permanente peregrinar’’**. Cadernos IHU em formação: A grande transformação no campo religioso brasileiro, UNISINOS – São Leopoldo (RS), ano VII, n. 43, 2012.

FRANÇA, V.R.V. O objeto da comunicação e a comunicação como objeto. In: FRANÇA, Vera. (Orgs.). **Teorias da comunicação**: conceitos, escolas e tendências. Petrópolis: Vozes, 2012.

FREITAS, Suzy Elaine da Costa; PEREIRA, Mirna Feitoza. Paradigmas científicos para o estudo dos ecossistemas comunicacionais. *In*: SEIXAS, Netília Silva dos Anjos; COSTA, Alda Cristina; COSTA, Luciana Miranda. **Comunicação***:* visualidades e diversidades na Amazônia. Belém: FADESP, 2013.

FRESTON, Paul. **Protestantes e Política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment.** Tese de Doutorado em Ciências Sociais, UNICAMP, 1993.

GASPARETTO, Paulo Roque. **Midiatização da religião: processos midiáticos e a construção de novas comunidades de pertencimento.** São Paulo: Paulinas, 2011.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo, v. 5, p. 61, 2002.

GOMES JUNIOR, Jonas. Twitter no ciberespaço: uma visão ecossistêmica comunicacional. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 34, 2011, Recife. *Anais...* Recife: Intercom, 2011.

GOMES, Pedro Gilberto. **Midiatização e processos sociais na América Latina**. Organizadores: Antônio Fausto Neto, Pedro Gilberto Gomes, José Luiz Braga e Jairo Ferreira, São Paulo: Paulus, 2008.

_____. **A Filosofia e a ética da comunicação na midiatização da sociedade**. São Leopoldo: Unisinos, 2006.

HOHLFELDT, Antônio. A comunicação e as civilizações. In: FRANÇA, Vera.

(Orgs.).**Teorias da comunicação**: conceitos, escolas e tendências. Petrópolis: Vozes, 2010.

KANAANE, Roberto. Comportamento nas Organizações. **São Paulo: Atlas**, 1994.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. Planejamento de Relações Públicas na Comunicação Integrada. 4.ed. revisada, atualizada e ampliada. São Paulo: Summus, 2003.

LAENA, Anielly Azevedo Dias. O ecossistema comunicativo das histórias em quadrinhos na web: semiose nas relações entre o sistema do entretenimento e o sistema tecnológico.

Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação 2012. 173 p. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2012.

_____. O caráter ecossistêmico das histórias em quadrinhos. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 35., 2012, Fortaleza. *Anais*... Fortaleza: Intercom, 2012.

_____. Por uma visão ecossistêmica da comunicação nas histórias em quadrinhos. *In:* CORREIA, Claudio Manoel de Carvalho et al. (Orgs). *Processos comunicacionais: tempo, espaço e tecnologia.* Manaus: Valer, Edua e Fapeam, 2012.

LITTLEJOHN, Stephen W. Fundamentos teóricos da comunicação humana. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

LUHMAN, N. **A realidade dos meios de comunicação**. São Paulo: Paulus, 2005.

MACHADO, Maria das Dores Campos. **Religião, cultura e política.** Religião e Sociedade, Rio de Janeiro, v. 32, n. 2, p. 29-56, 2012.

_____. Política e religião: a participação dos evangélicos nas eleições. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Para entender a comunicação**: contatos antecipados com a nova teoria. São Paulo: Paulus, 2008.

_____.De repente, o prédio falou comigo. Anotações sobre experiências metapóricas em Teoria da Comunicação. **XX Encontro da Compós, UFRGS, Porto Alegre**, 2011.

_____. O Projeto "Nova Teoria da Comunicação" e suas aplicações na pesquisa comunicacional atual. **São Paulo. Cópia**, 2013.

_____. **O rosto e a máquina: O fenômeno da comunicação visto pelos ângulos humano, medial e tecnológico-Nova Teoria da Comunicação**. Pia Sociedade de São Paulo: Paulus, 2014.

MARIANO, Ricardo. Participação política: clientelismo e antiesquerdismo. In: **Neopentecostais sociologia do novo pentecostalismo no Brasil**. São Paulo: Editora Loyola, 1999. p.91.

_____. **Efeitos da secularização do Estado, do pluralismo e do mercado religioso sobre as igrejas pentecostais**. Civitas: Revista de Ciências Sociais. Vol. 3(1), Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

_____. **Laicidade à brasileira: Católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública**. Civitas, v. 11, n. 2, p. 238-258, Porto Alegre, maio-ago 2011.

_____. **Religião e política. A instrumentalização recíproca**. Cadernos IHU em formação: A grande transformação no campo religioso brasileiro, UNISINOS – São Leopoldo (RS), ano VII, n. 43, 2012.

MARQUES, Angela Cristina Salgueiro; MARTINO, Luís Mauro Sá. "Não fale com estranhos": solidariedade e comunicação entre identidade e alteridade1/" Don't talk to strangers": solidarity and communication between identity and otherness. **Revista FAMECOS**, v. 24, n. 2, p. 1, 2015.

MARTINO, Luiz C. De qual comunicação estamos falando? In: FRANÇA, Vera. (Orgs.). **Teorias da comunicação**: conceitos, escolas e tendências. Petrópolis: Vozes, 2012.

MARTINO, Luís Mauro de Sá. **Mídia, religião e sociedade: Das palavras às redes digitais**. Pia Sociedade de São Paulo-Editora Paulus, 2016.

_____. . A religião midiatizada nas fronteiras entre público e privado: uma abordagem teórico-crítica. **Ciberlegenda**, n. 26, p. 111, 2012.

_____. **Mídia e poder simbólico: um ensaio sobre comunicação e campo religioso**. Paulus, 2005.

MATA, M. C. De la cultura masiva a la cultura midiática. **Diálogos de la Comunicación**, n. 56, p. 80-91, 1999.

MATTOS, Paulo Ayres. **A relevante queda do crescimento evangélico revelado pelo Censo 2010**. Cadernos IHU em formação: A grande transformação no campo religioso brasileiro, UNISINOS – São Leopoldo (RS), ano VII, n. 43, 2012.

MATURANA, H. R.; VARELA, F. **A árvore do conhecimento: as bases biológicas do entendimento humano**. Campinas, São Paulo: Psy II, 1995

_____. A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana. São Paulo: Palas Athena, 2001.

MENDES, Marcel. **Tempos de Transição**: a nacionalização do Mackenzie e sua vinculação eclesiástica (1957-1973). São Paulo: Editora Mackenzie, 2007

MIRANDA, Júlia. O jeito cristão de fazer política. In: BARREIRA, Irlys; PALMEIRA, M. (orgs.). **Candidatos e candidaturas**: enredos de campanha eleitoral no Brasil. São Paulo: Annablume, 1998.

MONTEIRO, Gilson Vieira; COLFERAI, Sandro Adalberto. Por uma pesquisa amazônica: provocações para novos olhares. *In*: MALCHER, Maria Ataide et al. (Orgs.). *Comunicação Midiatizada na e da Amazônia*. Belém: FADESP, v.2, 2011.

MORIN, E. Epistemologia da complexidade. In: SCHNITMAND, D. **Novos paradigmas, cultura e subjetividade**. Porto Alegre: Artmed, 1996. p.189-220.

_____.. **Introdução ao pensamento complexo**. Trad. de Eliane Lisboa. 5. ed. Porto Alegre: Editora Sulina, 2008.

PEREIRA, Mirna Feitoza. Ecologia da Comunicação: uma compreensão semiótica. *In:* ENCONTRO DA COMPÓS, 17., 2008, São Paulo. *Anais*... São Paulo: Compós, 2008.

_____. Ecossistemas Comunicacionais: uma proposição conceitual. In: MALCHER, Maria Ataide et al. (Orgs.). **Comunicação Midiatizada na e da Amazônia**. Belém: FADESP, v.2, 2011.

_____. Fundamentos de uma visão ecossistêmica da comunicação: uma compreensão semiótica. In: MONTEIRO, Gilson Vieira; ABBUD, Maria Emília de Oliveira; PEREIRA, Mirna Feitoza. **Estudos e perspectivas dos ecossistemas da comunicação**. Manaus: Ufam, 2012.

OLIVEIRA, Pedro Ribeiro de. **A desafeição religiosa de jovens e adolescentes**. Cadernos IHU em formação: A grande transformação no campo religioso brasileiro, UNISINOS – São Leopoldo (RS), ano VII, n. 43, 2012.

ORO, Ari Pedro. **Religião e política nas eleições 2000 em Porto Alegre** (RS). Debates do NER, ano 2(3). Porto Alegre, UFRGS, 2001.

_____. **A política da igreja universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiros**. Revista Brasileira de Ciências. Sociais, Oct. 2003, vol.18(53), pp.53-69.

_____.. **Religião, Coesão Social e Sistema Político na América Latina.** São Paulo e Santiago de Chile, 2008.

PIERUCCI, Antônio Flávio. Representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na Constituinte. **Ciências sociais hoje**, v. 11, p. 104-132, 1989.

RESTREPO, Mariluz. ANGULO, Jaime Rubio. **Intervir en la organización. Bogotá: Significantes de Papel Ediciones**, 1992.

RODRIGUES, A. D. **Experiência, modernidade e campo dos media**. 1999. Disponível em: <http:// www.bocc.ubi.pt/pag/rodrigues-adriano-expcampmedia. pdf>. Acesso em: 14 de set. 2015.

SBARDELOTTO, Moisés. Interações em rituais online: a midiatização do fenômeno religioso na internet. In: **XI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul**. 2010.

SANCHIS, Pierre. **Pluralismo, transformação, emergência do indivíduo e de suas escolhas**. Cadernos IHU em formação: A grande transformação no campo religioso brasileiro, UNISINOS – São Leopoldo (RS), ano VII, n. 43, 2012.

SANTOS, Lyndon de Araújo. O púlpito, a praça e o palanque: os evangélicos e o regime militar brasileiro**.** In: FREIXO, Adriano de; MUNTEAL Filho, Oswaldo (org.) **A ditadura em debate**: Estado e sociedade nos anos do autoritarismo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

SYLVESTRE, Josué. **Irmão vota em irmão**. São Paulo: Ed. Pergaminho, 1986.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do espelho. Uma teoria da comunicação linear e em rede**. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____.Eticidade, campo comunicacional e midiatização. In: MORAES, D. **Sociedade midiatizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006. p. 19-31.

SROUR, Robert Henry. **Poder, cultura e ética nas organizações**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

TREVISAN, Janine. **Evangélicos pentecostais na política partidária brasileira: de 1989 a 2010.** Revista Brasileira de História das Religiões, Maringá, 2013.

VAINSENCHER, Semira Adler; Lóssio, Rúbia. **Santos Católicos Não-Canônicos no Nordeste do Brasil**. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: 16, set. 2006.

VERÓN, E. Esquema para el análisis de la mediatización. **Revista Diálogos de la Comunicación**, n. 48, p. 10-17, 1997.

WOLTON, Dominique. **Pensar a comunicação**. Trad.de Zélia Leal Adghirni. Brasília: Editora UnB, 2004.

YIN, R.K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

APÊNDICES

Apêndice A – Autorização de pesquisa na Câmara Municipal de Manaus

Estado do Amazonas
Câmara Municipal de Manaus
Diretoria de Administração

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA

Eu, **SILVANA MIRANDA CORREA**, Diretora de Administração da Câmara Municipal de Manaus, RG Nº 638.244, CPF Nº 193.623.402-59, **AUTORIZO** Elizabeth da Costa Cavalcante, RG 14825086, CPF 63794578287, mestranda do Programa de Pós-graduação em Ciência da Comunicação (PPGCCOM), com a matrícula nº. 2150432, a realizar pesquisa com vereadores da Frente Parlamentar Evangélica (FPE) para o Projeto de Pesquisa "**Do púlpito eclesial ao parlamento:** Um estudo sobre a Frente Parlamentar Evangélica na Câmara Municipal de Manaus", que tem por objetivo principal apresentar o processo de midiatização da Frente Parlamentar Evangélica na Câmara Municipal de Manaus (CMM).

Manaus, 31 de outubro de 2016.

SILVANA MIRANDA CORREA
Diretora de Administração da Câmara Municipal

Rua Padre Agostinho Caballero Martin, 850 – São Raimundo
CEP.: 69.027-020 - Fones: (92) 3303-2752/2893

Apêndice B: Roteiro de Entrevista para os vereadores da Frente Parlamentar Evangélica

Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas
Instituto de Ciências Humanas e Letras
Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação

UFAM

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

DADOS DO PARTICIPANTE DA PESQUISA	
NOME:	
IDADE	
FORMAÇÃO	
PARTIDO	
RELIGIÃO	

- Existem duas Resoluções (n. 009/2013 e n. 007/2015) em caminhamento na Câmara Municipal de Manaus (CMM) para aprovação, que visam à criação de uma Frente Parlamentar de cunho religioso. O senhor participou da formulação em alguma dessas propostas? Em que elas se aproximam e divergem?
- Qual é a importância da formação de uma Frente Parlamentar Evangélica na Câmara Municipal de Manaus?
- São duas propostas em andamento na Casa, com intuito da criação de um grupo religioso. Logo, qual é o procedimento estabelecido pela Casa para esse tipo de situação? As duas Resoluções serão analisadas?
- Mesmo sem uma formalização interna, a Frente Parlamentar Evangélica atua fortemente na valorização da moral cristã e da família com ajuda das mídias locais. Como o senhor/senhora analisa a atuação desse grupo na mídia?
- Há possibilidade de essas Resoluções não serem aprovadas? Em caso positivo, qual será o procedimento para que os grupos solicitantes revertam a decisão?
- Alguns dos vereadores que apresentaram as propostas de n. 009/2013 e n. 007/2015) não foram reeleitos. Como os vereadores reeleitos continuarão os trabalhos propostos pela Frente Parlamentar Evangélica?

- Como é a relação dos demais parlamentares com a Frente Parlamentar Evangélica?
- A Frente Parlamentar do Congresso Nacional tem alguma participação na atuação e/ou formalização das ações realizadas pela FPE da Câmara Municipal de Manaus?
- Quais são as principais igrejas que participam dessa Frente Parlamentar Evangélica?
- Como são feitas as reuniões dos vereadores da CMM para análise dos projetos sugeridos pela Frente?
- Durante a atuação da Frente Parlamentar Evangélica, quais os principais resultados originados pela sua atuação?
- Há intenção da Frente Parlamentar Evangélica em reeleger os vereadores que participam do grupo?

Apêndice C: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas
Instituto de Ciências Humanas e Letras
Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação

UFAM

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

O Sr. (a) está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa *Do púlpito eclesial ao parlamentar:* um estudo sobre a Frente Parlamentar Evangélica na Câmara Municipal de Manaus sob responsabilidade da mestranda Elizabeth da Costa Cavalcante e sob orientação da prof.ª Dra.ª Maria Emília de Oliveira Pereira Abbud, ambas vinculadas ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação (PPGCCOM) da Universidade Federal do Amazonas – Instituto de Ciências Humanas e Letras – Campus Universitário – Av. Gal Rodrigo Octávio Jordão Ramos, 3000– CEP 69077-000 Manaus – AM, Telefone: (092) 36225792 – e-mail: ppgccom@ufam.edu.br.

O presente estudo tem como objetivo principal analisar as interconexões do processo de midiatização político-religioso da Frente Parlamentar Evangélica da Câmara Municipal de Manaus (CMM) e como objetivos secundários caracterizar a Frente Parlamentar Evangélica na Câmara Municipal de Manaus; investigar o campo político-religioso da Frente Parlamentar Evangélica e apresentar o processo de visibilidade midiática da Frente Parlamentar Evangélica no espaço público.

Destaca-se que a entrevista será semiestruturada, realizada com os vereadores da Câmara Municipal do mandato de 2013-2016 e que foram reeleitos para o mandato de 2017-2020, em horário comercial na sede da CMM, oferecendo oportunidade para que os sujeitos participantes se sintam à vontade para debater a temática suscitada. É importante mencionar que os riscos para eles serão mínimos. Se houver algum constrangimento ou incômodo, caso seja necessário, será providenciado acompanhamento adequado ao Laboratório de Psicologia da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), para que os profissionais deste local possam auxiliá-los no desfecho.

O principal benefício, caso o senhor/senhora concorde em participar deste estudo, será a valorosa oportunidade de expressar suas ideias e contribuir para a formalização da Frente parlamentar na Câmara Municipal de Manaus, destacando aqueles que visam atender os objetivos principais do grupo como, por exemplo, a defesa dos valores morais da família brasileira, descritos nos Projetos de Resolução n. 009/2013 e n. 007/2015.

Se, depois de confirmar sua participação, o senhor/ a senhora desistir de continuar participando, é garantido o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta de dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa.

O senhor/ a senhora não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma renumeração com sua participação. A entrevista tem duração máxima de 1h30min, será gravada em áudio pela pesquisadora e, posteriormente, transcrita para análise. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade será guardada em sigilo. Também asseguramos o direito a indenizações e cobertura material para reparação a dano, causado pela participação na pesquisa (Resolução CNS n. 466, de 2012, IV.3.h, IV.4.c e V.7).

As informações sobre o andamento da pesquisa podem ser adquiridas pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Ufam, localizado na Escola de Enfermagem de Manaus, na rua Teresina, 495, Adrianópolis, CEP: 69057-070, telefone (92) 3305-1181/, ramal 2004, ou celular (92) 9171-2496 e-mails: cep@ufam.edu.br ou cep.ufam@gmail.com

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Declaro que li e entendi todas as informações presentes neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e tive a oportunidade de discutir as informações deste termo. Todas as minhas perguntas foram respondidas e eu estou satisfeito com as respostas. Entendo que receberei uma via assinada e datada deste documento e que outra via assinada e datada será arquivada pelo pesquisador responsável do estudo.

Enfim, tendo sido orientado quanto ao teor do estudo que será desenvolvido e compreendido a natureza e o objetivo da referida pesquisa, manifesto meu livre consentimento em participar.

Manaus, de de .

Assinatura do participante da pesquisa	Assinatura do Pesquisador